UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, DIREITOS E OUTRAS
LEGITIMIDADES

JULIANA PRADO DA SILVA

**Maus tratos aos animais na legislação federal brasileira: análise de aplicação da lei na
cidade de São Paulo**

Versão corrigida

São Paulo
2017

JULIANA PRADO DA SILVA

Maus tratos aos animais na legislação federal brasileira: análise de aplicação da lei na cidade de São Paulo

Versão corrigida

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz

São Paulo

2017

Ficha catalográfica

SILVA, Juliana Prado da. **Maus tratos aos animais na legislação federal brasileira: análise de aplicação da lei na cidade de São Paulo.** Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestra em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Doutor Renato da Silva Queiroz, pelas discussões acadêmicas, pelas conversas amigáveis e por me dar liberdade de pesquisa. Obrigada por estar comigo nessa caminhada desde o meu segundo ano de graduação.

Às Professoras Doutoras, Zilda Márcia Gricoli Iokoi, Nádia Farage (Unicamp) e Valeria Barbosa de Magalhães (EACH), pelas discussões acadêmicas e sugestões no período de preparação desta pesquisa.

Ao Professor Doutor, Artur Matuck (ECA/USP), que contribuiu com sugestões para organização dos temas e do trabalho de campo.

Ao Professor Doutor Maurício Cardoso e à Professora Doutora Patrícia Izar pelo aprendizado nas disciplinas da pós graduação.

À Professora Doutora, e prima do coração, Andrea Paula dos Santos Oliveira Kamensky (UFABC), pelas sugestões e por permitir que eu pudesse contribuir com seu lindo trabalho na área da educação.

À minha mãe, Esmeralda Esperança Prado, que sempre me incentivou a estudar e morre de orgulho da filha dela terminando o mestrado, apesar de não entender muito bem o que é isso por ter parado de estudar na oitava série.

Aos colegas na academia, Guilherme Christol, Rafael Cremonini Barbosa, Paulo Victor, Julio Cesar Conejo, Diogo Galvão, Felipe Durante e Thiago Venanzoni, pelas sugestões ao meu trabalho e pela companhia durante esse processo.

Às minhas gurus da dança indiana, Iara Ananda Romano e Patrícia Romano, por ajudarem no despertar do corpo e da alma.

Às amigas e aos amigos que ajudaram quando eu achei que não teria mais forças para continuar e que me ensinaram que a Pós-Graduação não é um longo caminho solitário: Denia Oliveira, Barbara Alcantara, Fernanda Guedes, Vanessa Hamazaki, Sammia Fernandes, Marcelo Oliveira, Paula Castro.

Aos colegas da Fundação Vanzolini, da Editora Saraiva, da Editora FTD e do Alef Peretz.

Aos meus alunos, inspiração no meu dia a dia.

Às chefas, Cristina Akisino e Priscila Eduardo Garofalo, que acreditaram no meu trabalho e ajudaram para que eu pudesse conciliar estudo e trabalho, levando a cabo uma pesquisa de mestrado sem bolsa.

Às companheiras caninas, Carmela e Ibérica, que estiveram do meu lado, literalmente, em boa parte do processo.

Ao meu bairro de origem, São Mateus, para que nós, cada vez mais, possamos representá-lo na pesquisa acadêmica e menos nas manchetes policiais, como resultado da criminalização da pobreza.

RESUMO

SILVA, Juliana Prado da. **Maus tratos aos animais na legislação federal brasileira: análise de aplicação da lei na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

O presente trabalho procurou analisar a aplicação da Lei Federal de Crimes Ambientais no que concerne aos maus tratos a animais domésticos na cidade de São Paulo. Através da análise do arquivo de processos indeferidos do GECAP, Grupo Especial de Combate aos Crimes Ambientais e de Parcelamento Irregular do Solo Urbano, localizado no Ministério Público de São Paulo, foi lançada uma hipótese acerca da dinâmica estabelecida para averiguação das denúncias, considerando os atores sociais envolvidos nela. Partindo da ideia de que o sistema jurídico é, muitas vezes, uma forma de manutenção do *status quo* para controle de alguns grupos sociais considerados perigosos à ordem estabelecida na cidade, procurou-se averiguar, com o trabalho de campo organizado em gráficos e tabelas que relacionam renda, número de denúncias e ocupação do espaço nas Subprefeituras da cidade, como o direito ambiental poderia reproduzir uma lógica de criminalização da pobreza. Para isso, buscou-se identificar se existe relação entre espaços considerados periferias e maior número de denúncias. Além disso, por ser um crime que ocorre no espaço privado dos denunciados, a presente pesquisa investigou brevemente as dinâmicas entre privado e público na cidade de São Paulo e se o acesso ao espaço privado é mais facilitado em espaços horizontalizados e de periferia. Nos espaços centrais e verticalizados, o processo de gentrificação, que expulsa os mais pobres das regiões supervalorizadas, concentra espaços de periferia e investigou-se o direito ambiental atuou como forma de denunciar e de expulsar aqueles considerados inadequados à nova configuração estabelecida nesses locais.

Palavras-chave: animais, maus tratos, direito ambiental, cidade, espaço, periferia, verticalização, criminalização da pobreza, relações de alteridade.

ABSTRACT

SILVA, Juliana Prado da. **Animal abuse in Brazilian federal legislation: analysis of law application in São Paulo city.** Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

The present work sought to analyze the application of the Federal Law on Environmental Crimes in relation to the mistreatment of domestic animals in the city of São Paulo. Through the analysis of the file of rejected cases of GECAP, a Special Group to Combat Environmental Crimes and Irregular Urban Land Installment, located in the Public Prosecutor's Office of São Paulo, a hypothesis was launched about the established dynamics to investigate complaints, considering the actors involved in the cases. Starting from the idea that the legal system is often a way of maintaining the status quo to control some social groups considered to be dangerous to the established order in the city, it was tried to ascertain, with the field work organized in graphs and tables that they relate income, number of denunciations and occupation of space in the subprefeituras of the city, as environmental law could reproduce a logic of criminalization of poverty. For this, we sought to identify if there is a relationship between spaces considered as peripheries and a greater number of denunciations. In addition, because this crime occurs in the private space of the denounced, this research briefly investigated the dynamics between private and public in the city of São Paulo and whether access to private space is more facilitated in horizontal and peripheral spaces. In central and vertical spaces, the gentrification process, which expels the poorest of the overvalued regions, concentrates peripheral spaces and investigated the environmental law acted as a way of denouncing and expelling those considered inadequate to the new configuration established in these places.

Keywords: Animals, mistreatment, abuse, environmental law, city, space, suburb, verticalization, criminalization of poverty, relations otherness.

Lista de ilustrações

Gráfico 1 – Gráfico 1 – Processos envolvendo tipos de animais em todas as denúncias consultadas (2011 – 2015)	32
Gráfico 2 – Processos envolvendo tipos de animais nas denúncias referentes apenas à cidade de São Paulo (2011 – 2015)	33
Gráfico 3 – Processos por Subprefeitura na cidade de São Paulo por milhão de habitantes (2011 – 2015)	54
Gráfico 4 – Processos por Subprefeitura na cidade de São Paulo (2011 – 2015).....	54
Gráfico 5 – Renda domiciliar mínima por Subprefeitura	62
Gráfico 6 – Renda domiciliar máxima por Subprefeitura	62
Gráfico 7 – Renda domiciliar média por Subprefeitura	63
Gráfico 8 – Processos abertos por Subprefeitura da cidade de São Paulo – renda média	65
Gráfico 9 – Processos por definição de classe econômica – renda domiciliar média	63
Gráfico 10 – Verticalização relativa à Subprefeitura – renda domiciliar mínima	69
Gráfico 11 – Verticalização da cidade de São Paulo por Subprefeitura – renda domiciliar mínima	71
Gráfico 12 – Verticalização relativa à Subprefeitura – renda domiciliar máxima	73
Gráfico 13 – Verticalização da cidade de São Paulo por Subprefeitura – renda domiciliar máxima	75
Gráfico 14 – Verticalização relativa à Subprefeitura – renda domiciliar média	77
Gráfico 15 – Verticalização da cidade de São Paulo por Subprefeitura – Renda domiciliar média	79
Mapa 1 - Divisão da cidade de São Paulo em Subprefeituras	52

Lista de tabelas

Tabela 1 – Processos envolvendo tipos de animais (2011 – 2015)	32
Tabela 2 – Processos envolvendo tipos de animais nas denúncias referentes apenas à cidade de São Paulo (2011 – 2015)	33
Tabela 3 – Renda domiciliar mínima simplificada	56
Tabela 4 – Renda domiciliar máxima simplificada	58
Tabela 5 – Renda domiciliar média	60
Tabela 6 – Processos abertos por Subprefeitura da cidade de São Paulo – renda média	64
Tabela 7 – Processos abertos por renda domiciliar – renda domiciliar média	66
Tabela 8 – Verticalização relativa à Subprefeitura – renda domiciliar mínima	68
Tabela 9 – Verticalização da cidade de São Paulo por Subprefeitura – renda domiciliar mínima	70
Tabela 10 – Verticalização relativa à Subprefeitura – renda domiciliar máxima	72
Tabela 11 – Verticalização da cidade de São Paulo por Subprefeitura – renda domiciliar máxima	74
Tabela 12 – Verticalização relativa à Subprefeitura – renda domiciliar média	76
Tabela 13 – Verticalização da cidade de São Paulo por Subprefeitura – renda domiciliar média	78

Lista de abreviaturas e siglas

ALF – Animal Liberation Front

CAO-Urb – Centro de apoio Operacional Cível e de Tutela Coletiva

CCZ – Centro de Controle de Zoonoses

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

COHAB – Companhia Metropolitana de Habitação

DEPA – Delegacia Eletrônica de Proteção Animal

ECA/USP – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo

GECAP - Grupo Especial de Combate aos Crimes Ambientais e de Parcelamento Irregular do Solo Urbano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MPSP - Ministério Público de São Paulo

Ong – Organização Não Governamental

PUC-Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RGA – Registro Geral Animal

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFABC – Universidade Federal do ABC

UIPA – União Internacional Protetora dos Animais

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. Introdução	13
Métodos, fontes e processo de análise.	
2. O espaço na cidade de São Paulo	23
2.1 Civilização e higiene	23
2.2 Espaço e controle	28
3. Maus tratos aos animais na legislação brasileira e a Lei federal de 1998	38
3.1 Direito Ambiental e maus tratos	38
3.2 GECAP, Ministério Público e a sociedade civil	40
4. As denúncias	47
4.1 Os silêncios da lei e a manipulação do status quo	47
4.2 Classes perigosas, classes vigiadas	49
4.3 A lei como manutenção de preconceitos: é necessário expulsar os indesejados?	79
5. Considerações finais	88
6. Referências	91

1. Introdução

Essa pesquisa se iniciou por uma questão pessoal. Vegetariana e militante pelos direitos animais desde 2002, comecei a pesquisar sobre o tema em 2008, no então Laboratório de Estudos sobre a Intolerância a convite do professor que veio a se tornar meu orientador. Como um grupo de estudos, organizamos anualmente o Seminário de Ética e Direito Animal, trazendo para o ambiente acadêmico da Universidade de São Paulo o tema. Nas falas de alguns convidados, me incomodava, justamente, a falta de diálogo com uma produção acadêmica.

No processo seletivo para o mestrado que me levou à dissertação que ora se apresenta, fui questionada se a minha pesquisa teria um olhar crítico, já que eu era militante da causa. Apesar de acreditar que a neutralidade científica é impossível e todo sujeito é social e historicamente construído, o que influencia, portanto, na abordagem escolhida em sua pesquisa, essa pergunta me incentivou a olhar a militância de uma forma mais crítica. Afinal, como eu, com convicções libertárias, acreditava na imparcialidade do direito burguês?

Além desse questionamento acerca das minhas próprias incoerências políticas, uma reunião com membros de um grupo de militantes dos direitos animais me levou a mudar radicalmente a abordagem da minha pesquisa. Um comentário de uma militante carregado de preconceito acerca de uma suposta situação de maus tratos no bairro de São Miguel, zona leste e periferia da cidade, desconsiderava todas as questões sociais e históricas que colocam animais e humanos em condições degradantes. O simples maniqueísmo e o suposto antropocentrismo não explicariam, somente, a condição dos animais no contexto da cidade de São Paulo.

A pesquisa que buscava, então, afirmar categoricamente a necessidade de aumentar a visibilidade da militância pelos direitos animais pela via legal tornou-se uma pesquisa crítica com relação à atuação dos atores sociais envolvidos nesse processo. O primeiro empecilho na condução da pesquisa foi com relação às fontes. Em um primeiro momento, entrevistas foram realizadas com um grupo de militantes dos direitos animais pela via legal, incluindo advogados, promotores e deputados estaduais e federais. Era necessário, no entanto, buscar mais fontes para que a pesquisa não apresentasse um tom enviesado pelo discurso de um determinado grupo, dentre os diversos, de militantes na cidade de São Paulo.

Após algumas entrevistas, cheguei ao GECAP – Grupo de Especial de Combate aos Crimes Ambientais e de Parcelamento Irregular do Solo. O Grupo Especial foi criado em 2011, após mobilização de militantes pelos direitos animais e abaixo assinado. Localizado no

Ministério Público da cidade de São Paulo no bairro da Barra Funda, zona oeste, o GECAP possui um arquivo de denúncias indeferidas. Ainda que as denúncias indeferidas assim se classificam uma vez que não obtiveram indícios suficientes para que virassem processos, elas poderiam fornecer sinais de quais seriam os grupos e como se configuraria parte do processo de aplicação da lei no que concerne aos casos de maus tratos na cidade.

A leitura das denúncias deu-se através de cinco visitas ao acervo do Grupo. Por conta do grande número de denúncias contra moradores de bairros afastados do centro, em espaços menos valorizados comercialmente nos bairros centrais e contra moradores de rua detectado nas primeiras etapas do trabalho de campo, foi lançada a hipótese que norteia a presente pesquisa. Para verificar se era possível sancionar essa hipótese, escolheu-se investigar as dinâmicas estabelecidas entre espaço público e privado em espaços horizontalizados e verticalizados na cidade, o processo de formação das periferias na cidade ao longo do século XX e se a condição social e espacial dos moradores na cidade influenciaria em maior predisposição a ser alvo de denúncias ou não.

Por ser um tema pouco estudado com a abordagem que ora se propõe, a bibliografia escolhida pode causar estranhamento. Buscou-se autores que estudaram as dinâmicas sociais contemporâneas em contexto urbano para levantar hipóteses sobre o quanto a configuração do espaço físico e as relações sociais na cidade de São Paulo poderiam resultar em um maior número de denúncias ou não. Além disso, autores que consideram o direito penal como uma forma de manutenção das desigualdades sociais e do status quo, além de abolicionistas penais, foram base bibliográfica propor o olhar crítico ao direito. Apesar das limitações e dos possíveis erros conceituais em utilizar uma bibliografia sobre direito penal para analisar denúncias relativas a um crime de menor potencial ofensivo, chegou-se a uma reflexão maior acerca dos processos e dinâmicas sociais pelo questionamento do “fazer justiça”. Para compreender a pluralidade dos moradores distribuídos no espaço da cidade de São Paulo, tentou-se relacionar renda e verticalização a fim de identificar brevemente o perfil dos moradores. Ciente das limitações pela generalização e pela multiplicidade da ocupação do espaço na cidade de São Paulo, a presente pesquisa apresenta uma tentativa de estudo, também, da reconfiguração das relações sociais pós era Lula, com a inserção de grupos historicamente marginalizados através do consumo em espaços e dinâmicas sociais antes limitados a eles. No entanto, por conta do baixo número de fontes consultadas, o que se apresenta aqui é uma tentativa que convoca outros pesquisadores a tentar compreender se o direito ambiental, de fato, pode reproduzir uma lógica maior de perseguição a grupos sociais marginalizados.

Os direitos dos animais são um tema que, cada vez mais, tem obtido destaque midiático. Os animais domésticos vem ganhando destaque nas grandes cidades, representando um lucrativo mercado nas dinâmicas sociais e econômicas estabelecidas nesses espaços. Com isso, o animal doméstico ou *pet* adquire *status* como ser vivente e senciente¹ e não somente um objeto sob tutela do Estado ou de particulares. Passando, portanto, de um objeto digno de tutela ou com valor econômico para um ser com valor social e afetivo. Além disso, a relação contemporânea das pessoas com seus animais de estimação indica a reconfiguração das próprias relações humanas em contextos urbanos de grandes cidades, um fenômeno que dialoga com o que Bauman identificou como modernidade líquida².

A supervalorização afetiva e inserção no social dos animais como *pets*³ tem mobilizado grupos de pessoas que se identificam como militantes dos direitos animais, atuando política e socialmente pela proteção jurídica e pelo que consideram bem estar dos mesmos. De Ongs a figuras políticas em âmbito nacional, passando por militantes que se consideram “protetores independentes”⁴ até a atuação jurídica, a sensibilização com as situações as quais os animais são submetidos e a exigência de “justiça” nos casos de maus tratos são características dessa relação contemporânea entre seres humanos e animais domésticos.

No âmbito jurídico, o debate acerca do tratamento dispensando aos animais tem registros no Brasil desde o final do século XIX. A principal lei⁵ que trata dos maus tratos aos animais, atualmente, é a Lei de Crimes Ambientais⁶ que, em seu 32º artigo, diz:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:
Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

¹ Felipe (2007) considera que os animais são sujeitos de um direito negativo, ou seja, aquele que diz respeito à sua integridade física e emocional, por possuírem igual capacidade de sofrer.

² Bauman (2001). No contexto das relações liquefeitas e frágeis estabelecidas nas grandes cidades contemporâneas, o vínculo criado entre o ser humano e seu animal de estimação é mediado pela transitoriedade e controle da situação, pois a maioria dos animais vive pouco tempo, pode ser descartado a qualquer momento e é passível de compra, em contrapartida com a falta de controle e necessidade de vínculo prolongado exigida pela afetividade nas relações humanas.

³ Santos e Ramírez-Gálvez (2012) apontam que os *pets* representam um nicho de mercado e os produtos relacionados a eles ocupam parte dos orçamentos familiares.

⁴ Os “protetores independentes” se auto definem assim por não se associarem a grupos ou Ongs e atuarem de forma independente, ou seja autodeterminados, recolhendo, esterilizando e encaminhando para a adoção animais de estimação abandonados.

⁵ A Lei Federal de Crimes Ambientais ainda é considerada a principal legislação que versa sobre maus tratos no Brasil. Profissionais do direito ambiental e militantes dos direitos animais consultados durante a presente pesquisa a citam como o principal artifício legal em processos e denúncias.

⁶ A referida lei encontra-se disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal.

Após essa lei, promulgada em 1998, diversas outras leis pertinentes aos usos sociais e econômicos dos animais foram promulgadas em âmbito federal, estadual e municipal, como o Código de Fauna Paulista de 2005⁷, que institui o “Código Estadual de Proteção aos Animais”, a lei federal Arouca, que legaliza o uso de animais em testes científicos⁸ e a lei estadual Nº 15.316, de 23 de janeiro de 2014⁹, que proíbe o uso de animais para testes de cosméticos no Estado de São Paulo, assim como um decreto regulamentando a própria lei de 1998¹⁰.

Considerando as relações contemporâneas estabelecidas entre seres humanos e seus animais domésticos em contexto urbano, seu recente destaque e desdobramentos na legislação brasileira como uma consequência da inclusão dos animais no âmbito da moralidade e ética, o presente estudo procurou realizar uma análise da aplicação da Lei de Crimes Ambientais no que concerne aos maus tratos na cidade de São Paulo. A presente pesquisa procurou identificar cada etapa de uma denúncia, sua averiguação e como o “fazer justiça” é considerado pelos atores sociais, considerando que o termo não possui objetividade e pode ser utilizado como mecanismo de controle por parte das classes sociais dominantes. Pretende-se contribuir para o debate acerca da parcialidade da justiça, partindo da hipótese de que os processos por crimes ambientais reproduzem uma lógica de criminalização da pobreza e que o direito intermedia as relações sociais na cidade de São Paulo. Para isso, foram traçados os perfis dos denunciados de acordo com a classe a que pertencem, relacionando-os à distribuição espacial dos processos pela cidade.

O discurso da imparcialidade da lei e da busca por justiça em prol de seres, no caso os *pets* que ocupam um lugar de vulnerabilidade na cidade, é recorrente entre os militantes dos direitos animais. Segundo Derrida (2007) e Benjamin (1986), a lei não pode ser imparcial, visto que ela é o exercício da autoridade formalizada que é estabelecida pela diferenciação

⁷ A referida lei encontra-se disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2005/lei-11977-25.08.2005.html>>. Acesso em 03 de setembro de 2017. Essa lei possui diversos artigos vetados por Ação Direta de Inconstitucionalidade.

⁸ A referida lei encontra-se disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11794.htm>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

⁹ A referida lei encontra-se disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2014/lei-15316-23.01.2014.html>>. Acesso em 03 de setembro de 2017. A Lei Estadual Nº 15.316, de 23 de janeiro de 2014, é um interessante desdobramento da mobilização gerada após repercussão na imprensa pelo resgate feito por militantes dos direitos animais de cães, utilizados em testes da indústria cosmética, na cidade de São Roque, pelo Instituto Royal.

¹⁰ O referido decreto encontra-se disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/D6514.htm>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

entre o que é força e o que é violência numa sociedade. Segundo Benjamin, a lei é acionada para combater a violência em casos que o Estado a considera como uma ameaça. Essa violência é, para Derrida, formalizada em lei para perpetuação da soberania: “(...) pode significar também o domínio ou a soberania do poder legal, a autoridade autorizante ou autorizada: a força de lei”¹¹. Ou seja, para o Estado existem a violência que deve ser controlada por ser uma ameaça à manutenção do status quo e a violência que é utilizada justamente para a manutenção de uma determinada ordem social.

Cabe a essa pesquisa, com isso, a tentativa de lançar hipóteses sobre quem exerce o poder¹² de soberania através das denúncias sobre maus tratos na cidade de São Paulo. Compreendendo a lei como um fenômeno social, ela se apresenta como uma fonte que pode demonstrar a complexidade das relações contemporâneas no contexto de sua criação e vigência¹³, envolvendo os conflitos e a estrutura da sociedade em questão. O sistema judiciário, abrangendo a lei e seus meios de aplicação como manutenção da ordem, são aqui fonte do estudo para compreender as relações sociais contemporâneas entre os seres humanos e os animais.

Com a crescente importância dada aos animais domésticos, há a tipificação do modo ideal de como tratar esses animais, com base em sua antropomorfização e no papel social que adquiriram no contexto urbano contemporâneo. Os atos contrários a esse ideal de tratamento são considerados maus tratos. Não é consenso entre militantes dos direitos animais e profissionais do direito o que pode ser, no geral, considerado maus tratos. Excetuando-se os casos de violência que afetam visivelmente o bem estar físico do animal, o modo de tratar esse animal pode ser considerado ou não maus tratos. Para alguns, manter um cão acorrentado é um maus tratos, enquanto que para outros é esse um costume justificado, muitas vezes, pela ferocidade do animal. Essa aparente indefinição é um fator que pode levar à criminalização de costumes e setores sociais por meio do discurso da defesa dos direitos animais.

¹¹ DERRIDA, Jacques. **Força de Lei: “o fundamento místico da autoridade”**. Trad. Leyla Perrone-Moysés. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 73.

¹² SILVESTRE, Daniel Ribeiro. **Direito e Justiça no rastro de Jacques Derrida**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2008, p. 26: “Em outros termos, seria, ainda, a questão sobre quem faz as regras e, com ela, outra questão anterior: quem pode dizer quem faz as regras? Ao se afirmar que o direito é aquilo que o juiz ou o tribunal definem, o conceito de direito como regra já estaria abalado ou seria uma ilusão, já que uma pessoa ou um grupo reduzido de pessoas se sobreporia a muitas”.

¹³ Chalhoub (2011) e Cunha (1987) estudaram como a legislação imperial, relativa à escravidão, estava em desacordo com o costume. Cunha investigou como a prática das alforrias era usual, mesmo não sendo lei escrita, ou seja, a maneira como as alforrias eram concedidas aos escravos era uma prática tão comum que ocorria à margem da legislação vigente. Chalhoub, através do estudo de processos em que escravos figuravam como protagonistas, demonstrou como as leis referentes à escravidão, como a Lei do Ventre Livre, vieram para oficializar uma prática reivindicada pelos próprios escravos em processos movidos contra seus senhores. O autor mostra, assim, como os escravos não eram passivos com relação à sua condição social. Os dois pesquisadores utilizaram o jurídico como fonte para compreender as relações sociais, seus pontos de conflitos e interesses.

Além disso, a análise das relações dos humanos em contextos urbanos com seus *pets*, intermediadas pela lei, representa uma importante contribuição para os estudos de natureza e cultura, pois a relação do homem com o animal tem sido objeto de estudo em áreas como a antropologia, a filosofia e a história.

No caso dos estudos antropológicos, a categorização dos animais, segundo a sua função, incluindo a utilidade e a comestibilidade, define o papel que cada ser fora da esfera da categoria “humano” ocupa na sociedade. A relação estabelecida com os animais é, portanto, utilitária na maioria das sociedades ocidentais. A necessidade humana de classificar tudo em categorias, segundo Edmund Leach (1982), assim como o esquema cartesiano dualista que prevê o ser humano como “observador privilegiado de um universo não humano” (LEACH, 1982:87) fazem com que as suas relações com as outras espécies sejam guiadas pela suposta capacidade de manipulação e modificação das leis da natureza. Mesmo no caso dos *pets* humanizados, a relação estabelecida é de controle. Leach esquematizou, também, a relação entre homens e animais na sociedade contemporânea inglesa em quatro categorias, assinalando como a sua proximidade ou distância influenciam a comestibilidade e a condição desse animal:

- 1) Aqueles que estão muito perto – *pets* (animais de estimação), sempre fortemente não comestíveis.
- 2) Aqueles que são domesticados, mas não estão muito perto – *farm animals* (animais de fazenda ou animais de corte), na maior parte comestíveis, mas somente se novos ou castrados. Raramente comemos um animal de corte sexualmente intacto e maduro.
- 3) Animais do campo, 'caça' – uma categoria com a qual alternamos amizade e hostilidade. Animais de caça vivem sob a proteção humana, mas não são domesticados. São comestíveis na sua forma sexualmente intacta, mas são mortos somente nas estações apropriadas do ano de acordo com um conjunto estabelecido de rituais de caça.
- 4) Animais selvagens distantes – não se encontram sob controle humano e são não comestíveis. (LEACH, 1983. 184:185)

Ainda sobre a relação com animais nas sociedades ocidentais contemporâneas, cita-se aqui o estudo de Sahlins sobre o tabu relacionado aos animais domésticos nos Estados Unidos, aquele que permite que se coma carne bovina, mas nunca carne de cavalos ou de cães. A questão do tabu alimentar é importante para se compreender o lugar social privilegiado de alguns animais em oposição a outros: uns servem como companhia, outros como alimento, e a função atribuída a cada um deles também é importante para definir a forma correta ou incorreta de trata-los, assim como a sua inclusão ou não nas regras da moralidade e da ética. O autor argumenta que há “uma razão cultural em nossos hábitos

alimentares” (SAHLINS, 2003:170), impondo o que pode-se ou não comer, que vai além de motivos econômicos, biológicos e ecológicos. Ora, qualquer animal é comestível do ponto de vista biológico e aos animais não comestíveis é permitido receber afeto, condição subjetiva importante para estabelecer laços entre humanos e esses animais. O que determina se o animal será alimento ou *pet*, passível de receber afeto ou não, é a cultura:

Certamente, deve ser possível criar *alguns* cavalos e cachorros para servirem de alimento, juntamente com porcos e bois. Há inclusive uma indústria enorme de criação de cavalos cuja carne é utilizada para alimento de cachorros. Mas a América é a terra do cão sagrado (...) A razão principal postulada no sistema americano da carne é a relação das espécies com a sociedade humana. “Cavalos recebem afeto, enquanto o gado de corte... eles nunca tiveram alguém afagando-os, escovando-os ou algo assim”. (SAHLINS, 2003. 171:173)

A relação entre os humanos e a natureza, assim como as relações de alteridade que se estabelecem entre humanos e animais e entre humanos e humanos, nas diferentes sociedades, levou a estudos sobre definições de animalidade e humanidade. Essas definições são importantes, também, para o estabelecimento de relações mais baseadas na empatia e mudam conforme a sociedade e a época histórica, com o intuito de demarcar quem são os seres dignos de consideração moral e ética¹⁴. A própria definição atual do que é ser homem surge como “objeto de pensamento e no espaço das representações. Não se trata de uma constituição da sua essência, mas sim de um *a priori* histórico” (MAGALHÃES, 2010:198). Podem-se citar diversos exemplos das tentativas de estabelecimento de uma fronteira entre animalidade e humanidade¹⁵, entre o que é cultural e político e o que é apenas natural. A recente

¹⁴ São inúmeros os estudos que mostram a importância na definição da fronteira animalidade e humanidade para determinar a ética e a moral nas relações. Lévi-Strauss cita os experimentos mútuos entre indígenas e europeus para determinar a humanidade de ambos no encontro entre civilizações no episódio das grandes navegações: “Nas Grandes Antilhas, alguns anos após a descoberta da América, enquanto os espanhóis enviavam comissões de inquérito para investigar se os indígenas tinham ou não uma alma, estes se dedicavam a afogar os brancos que aprisionavam, a fim de verificar, por uma demorada observação, se seus cadáveres eram ou não sujeitos à putrefação” (LÉVI-STRAUSS, 1952:384). Essa definição era importante para determinar como os indígenas seriam tratados no contexto da exploração econômica de suas terras. Agamben (2002), ao analisar a “solução final” nazista, ressalta que foi necessário retirar a humanidade dos hebreus para justificar o massacre, removendo todo o valor político daquelas vidas. Nos estudos feministas, Haraway (2009:40) argumenta que a antiga separação entre humanidade e animalidade não é mais válida, pois vivemos em uma época de ciborgues: “...a fronteira entre o humano e o animal está completamente rompida. Caíram as últimas fortalezas da defesa do privilégio da singularidade [humana] – a linguagem, o uso de instrumentos, o comportamento social, os eventos mentais; nada disso estabelece, realmente, de forma convincente, a separação entre o humano e o animal”. Derrida (2011) e Lévinas (2004) discutem as fronteiras entre animalidade e humanidade com reflexões a partir de animais domésticos, ao expor o quanto essa definição influencia o tratamento ético e moral dispensado a certos grupos sociais, com fundamento na lei.

¹⁵ A presença ou não de cauda e pelos, a linguagem e a fabricação de ferramentas são alguns exemplos do que já foi elencado como atributo diferencial entre as espécies (INGOLD, 1995). A maioria dos atributos que faziam do humano um ser superior em relação aos outros animais é contestada por pesquisas recentes; assim, “A diferença entre eles e nós é uma questão de grau enorme, mas ainda assim uma questão de grau” (2007:21), segundo Fernandez-Armesto. Patrícia Izar e Eduardo B. Ottoni, ambos professores de Psicologia Experimental no

antropomorfização dos *pets* indica que esses seres passaram a ocupar um *status* semelhante aos de alguns humanos e merecem, por isso, consideração moral, tratamento ético e proteção jurídica.

As mudanças drásticas ocorridas no meio ambiente e a iminente ameaça de esgotamento de recursos naturais decorrentes da ação humana exploratória propiciaram o surgimento de diversas linhas de pensamento envolvendo a noção de inclusão da natureza como sujeito de direitos. O fenômeno contemporâneo de multiplicação de grupos em defesa da natureza configuram uma nova relação entre o homem e o mundo natural no que Serres (1991) chamou de “O Contrato Natural”, pois a natureza sempre foi encarada como um espaço vazio, dominado pela ciência e tecnologia: “A natureza está fora do coletivo: isto porque o estado de natureza continua incompreensível para a linguagem inventada na e pela sociedade ou inventando o homem social. A ciência emite leis sem sujeito neste mundo sem homens: suas leis diferem das leis do direito” (SERRES, 1991: 100). Para o historiador Thomas (1983), em contrapartida, ocorre uma espécie de nostalgia da humanidade em relação à natureza nos períodos de impulso de industrialização e modernização, com o consequente afastamento do mundo natural.

A atual visão sobre a natureza sofreu influência dos movimentos ambientalistas, nos anos 1980, em meio aos movimentos sociais que se articularam na década pela abertura política e a promulgação da Constituição de 1988. Alonso, Costa e Maciel (2007) assinalam que a origem do movimento ambientalista no Brasil tem perfil conservacionista, com debate iniciado, em âmbito nacional, após a Conferência de Estocolmo, em 1972. Os membros dos grupos que se articulavam nesse período identificavam-se com os movimentos de contracultura, com ênfase no combate à poluição urbana, principalmente.

A Lei de Crimes Ambientais de 1998 é uma extensão da tentativa de se incluir a natureza no conjunto de leis elaboradas com o intuito de legislar sobre o social. Ainda que considerada ultrapassada por alguns militantes, por conta de suas penas que caracterizam crimes contra o meio ambiente como crimes de menor potencial ofensivo¹⁶, essa foi a primeira lei brasileira a conter um artigo que trata¹⁷, especificamente, da questão dos maus

Instituto de Psicologia da USP, produziram importantes estudos a respeito do uso de ferramentas por primatas. Ottoni (2009) investigou os macacos pregos utilizando conceitos como “cultura” e “aprendizagem”, normalmente empregados somente no caso dos seres humanos.

¹⁶ MARCÃO, Renato. **Crimes ambientais** (Anotações e interpretação jurisprudencial da parte criminal da Lei n. 9.605, de 12-2-1998). São Paulo: Saraiva, 2013, p. 36: “onde a pena máxima cominada não pode ser superior a dois anos”. Os crimes de menor potencial ofensivo costumam, normalmente, ter as penas revertidas em multas ou serviço comunitário.

¹⁷ Primeira lei por consenso no direito. Conforme mencionado anteriormente, a validade do Decreto Federal Nº 24.645 de 10 de julho de 1934 é contestada por alguns juizes e advogados.

tratos aos animais como crimes contra a natureza, com o estabelecimento de penas correspondentes.

Cada vez mais o Estado toma para si a responsabilidade de gerir questões pertinentes ao meio ambiente em seu território e cada vez mais fala-se em “direito a um ambiente seguro”¹⁸. A Constituição Brasileira de 1988 traz um capítulo¹⁹, ainda que com um viés antropocêntrico e utilitarista da natureza²⁰, que inova ao incluir o meio ambiente como sujeito de direitos, ao declarar que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Sendo assim, a natureza pode ser considerada como um direito difuso ou ainda como bem do Estado ou de particulares. O *status* jurídico dos animais também oscila entre um entendimento no direito de bem difuso e objeto ou propriedade, sendo colocados no Brasil sob a égide das legislações concernentes à defesa da propriedade privada ou estatal²¹.

A militância pelos direitos dos animais tem múltiplas faces. Há os que se identificam com discursos pacifistas e ecologistas, de extrema esquerda e de extrema direita. Os pacifistas tendem a justificar seus atos pela via religiosa e pacifista na linha de Gandhi²²; esses

¹⁸ CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **Os animais e o direito**. Rio de Janeiro: Publit, 2007.

¹⁹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

²⁰ A relação utilitarista centra-se na natureza como um item a ser protegido pela legislação para que a sua potencialidade de exploração e usufruto pela sociedade seja mantida ao longo das gerações. Essa relação representa parte do eurocentrismo inerente às relações sociais no país, validadas pelo direito. As Constituições Equatoriana, de 2008, e Boliviana, de 2009, por exemplo, incluem em seus textos a natureza como sujeito de direitos, em contrapartida à visão de progresso pela exploração sem limites da mesma. A Constituição Boliviana de 2009 inovou ao colocar em suas linhas as noções de Estado intercultural e plurinacional, além de reconhecer regimes diferenciados de justiça, autoridade, conhecimento e propriedade para as comunidades indígenas. Com isso, essa constituição tornou-se inovadora por enfrentar a concepção de unicidade, principalmente no tocante ao conceito de nação. A Constituição Equatoriana de 2008 foi inovadora, também, ao colocar em suas linhas a ideia do Sumak Kawsay (em quéchua), ou Buen Vivir, recusando a concepção de progresso baseada na exploração sem limites da natureza. Ela põe em evidência os saberes ancestrais como o comunitarismo, a solidariedade e a reciprocidade. A natureza é, aqui, a Pacha Mama, inovando contra a visão utilitarista, tornando a natureza sujeito de direitos.

²¹ OLIVEIRA, Thiago Pires. Redefinindo o Status jurídico dos animais. In: **Revista Brasileira de Direito Animal**, ano 2, número 3, p.193-208, jul/dez 2007, p. 203: “Entretanto, boa parte da doutrina de Direito Ambiental entende os bens ambientais, incluindo os animais, não como bens de uso comum do povo, mas numa perspectiva tríplice em que haveria um macrobem ambiental de direito difuso e que teria a natureza de *res communes omnium*, e duas modalidades de microbens que, apesar de serem de interesse difuso, poderiam ser objeto de apropriação pelo Estado (bem ambiental público) ou de apropriação pelo particular (bem ambiental privado), incluindo, alguns autores, a fauna neste último”.

²² Tom Regan, um dos autores mais lidos pelos militantes dos direitos animais, afirma que o pacifismo inspirado em Gandhi o levou a questionar hábitos alimentares e de consumo, levando-o à militância pelos direitos animais. Regan (2006, p.22) relata inclusive a multiplicidade de discursos na militância pelos direitos animais nos Estados Unidos: “Minha mulher Nancy e eu estamos envolvidos na defesa dos animais há mais de trinta anos. Durante esse tempo encontramos algumas pessoas nada confiáveis. Pessoas misantrópicas perversas até o último fio de cabelo. Pessoas que detestam caçadores, detestam açougueiros, detestam toureiros, detestam todo e qualquer ser humano, até a si mesmas. Também encontramos defensores dos direitos animais que poderiam ser descritos (com generosidade) como ‘umas figuras’: esquisitos, loucos. E outros, sem o menor respeito pela razão e pela ciência.

consideram que nossa relação com os animais envolve o uso de uma violência desnecessária e mantida por convenções sociais apoiadas no antropocentrismo. Os ecologistas que manifestam uma visão equilibrada do meio ambiente argumentam que nossa relação com os animais e com o ambiente é predatória e ameaça o usufruto das próximas gerações. Os ecologistas ou ambientalistas²³ ganharam força junto a movimentos que se alinham com a preocupação quanto à integridade do meio natural, enfatizando a “totalidade ou padrões de relações entre os organismos vivos e o seu ambiente”²⁴. Nesse ponto, a nossa Constituição identifica-se com argumentos ecológicos, ao mencionar o usufruto para gerações futuras.

Os militantes de extrema esquerda são representados por grupos organizados como a ALF²⁵, que aplicam ações diretas na defesa dos animais, assim como consideram que nossa relação é de exploração dos animais como objetos e máquinas, típicas do capitalismo moderno. Mudar essa relação, principalmente através do boicote e de ações violentas, se necessário, seria uma forma de luta contra o capitalismo. Os militantes de direita ou conservadores, por sua vez, são aqueles que consideram os animais na forma como eles estão inseridos no cotidiano e não contestam o papel social contemporâneo atribuído aos animais; esses são os que mais se identificam com ações como abate humanitário. Todas essas múltiplas visões presentes no movimento não se excluem, pois cada militante ou grupo pode filiar-se a mais de uma delas.

O presente trabalho optou por estudar a ação daqueles que escolhem a via jurídica como uma forma de militância e foi levado a cabo através da análise de quase 400 processos arquivados no GECAP desde sua fundação, em 2011. O GECAP é um Grupo Especial²⁶ localizado no Ministério Público de São Paulo, responsável por receber e averiguar denúncias referentes a crimes ambientais, com maior atuação em casos de maus tratos. As denúncias

Além disso, conhecemos ativistas que acreditam em atos violentos e criminosos, assim como ameaças a exploradores de animais ou a membros de suas famílias, sejam moralmente justificáveis, quando realizados em nome da libertação animal”.

²³ Alonso, Costa e Maciel (2007:156) afirmam: “Há dois frames típicos do ativismo ambientalista, segundo Diani. O ‘conservacionista’ define o meio ambiente exclusivamente como mundo natural selvagem, vendo qualquer intervenção nele como questão técnica, restrita aos cientistas naturais. Já o frame “ecologia política” inclui o mundo urbano na definição do problema ambiental. As causas da degradação ambiental são atribuídas ao desenvolvimento capitalista e ao estilo de vida moderno”.

²⁴ Segundo Nassaro (2013:18), “Os ecologistas defendem os animais pela ‘função ecológica’ exercida pelos mesmos. A visão dos ecologistas ou ambientalistas é a mesma que fundamenta boa parte da legislação brasileira no que concerne aos animais”.

²⁵ O Animal Liberation Front, ou, em português, Frente pela Libertação Animal, é um dos grupos de militantes que prega o boicote a produtos de origem animal ou que tenham sido testados em animais, assim como ações para libertação de animais sujeitos a maus tratos. Qualquer pessoa ou grupo que realizar ações condizentes com os princípios da ALF pelo mundo pode autodenominar-se parte do grupo.

²⁶ Os Grupos Especiais diferem das Promotorias por atuarem em causas específicas de uma região e por serem menores. Além disso, as Promotorias são as mesmas em todos os Ministérios Públicos do Brasil, enquanto os Grupos Especiais podem variar.

provém dos mais variados grupos sociais e as primeiras consultas ao acervo exibiram alguns pontos em comum que levaram ao lançamento da hipótese que norteia essa pesquisa: os denunciados residiam, em sua maioria, em bairros periféricos com baixo índice de verticalização²⁷ e renda per capita baixa. Os animais alvos de maus tratos são majoritariamente cachorros, com poucos casos remetendo a animais que não são considerados *pets*. O crime de maus tratos apresenta algumas especificidades: eles acontecem, em sua maioria, dentro das casas dos denunciados e é difícil confeccionar provas, além da quase inexistência do flagrante. A análise revelaria, então, que a configuração do espaço na cidade de São Paulo torna certos ambientes privados menos privados e mais suscetíveis à vigilância, estabelecendo uma relação com a verticalização e a configuração das relações sociais nos espaços da cidade? A averiguação de crimes ambientais tem contribuído para perpetuação das injustiças sociais?

2. O espaço na cidade de São Paulo

2.1 Civilização e higiene

O surgimento dos direitos animais como os conhecemos data do século XIX, na Inglaterra, e meados do século XX, na maioria dos países ocidentais (THOMAS, 2010; SINGER, 2010). No final do século XIX e início do século XX, um novo conceito de civilização estava sendo empregado, assim como o conceito de higienismo, alinhado a descobertas na área da medicina e da ciência. Grandes cidades na América Latina passaram por uma reorganização espacial e social, empreendidas pelo Estado com o auxílio de autoridades sanitárias²⁸, segundo os novos conceitos do que seria civilizado, sempre tomando como referência as capitais europeias. Ruas foram alargadas; cortiços, considerados focos de

²⁷ O índice de verticalização é medido através do número de edificações presentes em um distrito. O aumento de prédios e condomínios resulta na densificação populacional e gentrificação dos espaços. De acordo com Nakamura (2016, p. 94), a verticalização que, a princípio, serve para acomodar mais famílias em um menor espaço, contribui para a especulação imobiliária e expulsão de famílias mais pobres de espaços na cidade que passam a ser supervalorizados: “A vontade do vertical é uma vontade de poder. Visto que o processo de verticalização é altamente complexo e mobiliza diversos atores e recursos. O agente que finca na paisagem um edifício também consegue fincar sua cara no imaginário da cidade”.

²⁸ Segundo Chalhoub (1996:35), “Tais ordem de ideias iria saturar o ambiente intelectual do país nas décadas seguintes, e emprestar suporte ideológico para a ação ‘saneadora’ dos engenheiros e médicos que passariam a se encastelar e acumular poder na administração pública, especialmente após o golpe militar republicano de 1889. Mas insistir na importância de conceitos como ‘civilização’, ‘ordem’, ‘progresso’ e outros afins – os correlatos como ‘limpeza’ e ‘beleza’, e os invertidos tais como ‘tempos coloniais’, ‘desordem’, ‘imundície’ etc. – não nos leva muito além da transparência dos discursos (...) O que se declara, literalmente é o desejo de fazer a civilização europeia nos trópicos; o que se procura, na prática, é fazer política deslegitimando o lugar da política na história”.

doenças físicas e sociais, foram demolidos; e, aos animais, foram delegados novos ambientes e novas formas de convivência com os seres humanos. Os animais representavam o oposto da civilização, da cidade, pois estavam ligados ao rural, ao atrasado. Àqueles animais aos quais se permitiu continuar a habitar as cidades foram impostas regras:

Em primeiro lugar, está presente a ideia de que existe um “caminho da civilização”, isto é, um modelo de “aperfeiçoamento moral e material” que teria validade para qualquer “povo”, sendo dever dos governantes zelar para que tal caminho fosse mais rapidamente percorrido pela sociedade sob seu domínio. Em segundo lugar, há a afirmação de que um dos requisitos para que uma nação atinja a “grandeza” e a “prosperidade” dos “países mais cultos” seria a solução dos problemas de higiene pública. (CHALHOUB, 1996:35)

A reorganização espacial e social das cidades visava fazer um contraponto à desordem colonial, introduzindo-se beleza, ordem e higiene, em suma, a civilização. A Segunda Revolução Industrial, ocorrida a partir de 1870, levou ao cotidiano das pessoas o aço, a eletricidade, o petróleo e diversos produtos químicos. A modernização ocorreu em diversos setores da produção e do cotidiano e o novo impulso do capitalismo tratou de adequar o cotidiano e estabelecer maior controle sobre a vida das pessoas. Àqueles desajustados ao novo ritmo do capitalismo, que praticavam a vadiagem, assim como os animais que significavam atraso e sujeira, foram impostas novas normas de convivência nesses espaços ou afastados, simplesmente, dos grandes centros. Para quem ficava, portanto, as regras mudariam e os que não se adaptassem precisavam deixar esses espaços. Segundo Sevcenko²⁹, o processo que se estabeleceu passou a ditar regras sobre o privado e o cotidiano.

No Brasil, as grandes cidades brasileiras deram início a um processo de modernização para apagar traços do passado colonial. As construções antigas dariam lugar a novas, trilhos dos bondes foram instalados, assim como, com o tempo, as ruas foram preparadas para a circulação dos carros. O discurso era de limpar as cidades, afastar as pragas e os pontos de disseminação de sujeira e doenças. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, a Revolta da Vacina ficou conhecida como o movimento de resistência à vacinação obrigatória, empreendida por Oswaldo Cruz e o prefeito do então distrito federal Pereira Passos. A reforma urbanística empreendida pelo prefeito pretendia elevar a capital do Brasil ao nível de uma cidade civilizada³⁰.

²⁹ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. XIV: “(...) há um deslocamento do campo do poder das instituições do Estado-nação do século XIX para a esfera do privado e do cotidiano”.

³⁰ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 9: “Diz a lenda que Pereira Passos superou o atraso colonial, transformando ‘a cidade bárbara em metrópole digna da civilização ocidental’. O Rio, dizia-se, ‘civilizou-se’”.

A reforma e o controle não se restringiram aos espaços, mas se estenderam também ao corpos³¹ daqueles considerados perigosos³². Um corpo eficiente e disciplinado, que não conteste as mudanças e o funcionamento da sociedade, é essencial ao capitalismo. Na cidade do Rio de Janeiro, os cortiços foram derrubados mediante argumentos sanitários de controle de doenças. Em São Paulo, cortiços localizados no centro da cidade foram derrubados e leis foram promulgadas para restringir e controlar a circulação de animais e pessoas pobres nas regiões nobres. Os cortiços e as “cabeças de porco” eram habitações de portugueses mais pobres e negros libertos e seus descendentes. Era necessário afastar as “classes perigosas”³³ dos grandes centros³⁴.

A associação da pobreza a ameaça à ordem social e sanitária levou à perseguição das pessoas e dos animais nesses ambientes. Segundo Chalhoub, “as classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio”³⁵. Nesse sentido, o corpo dos pobres deveria ser controlado pela potencialidade de perigo social e biológico³⁶.

No caso da cidade de São Paulo, que foi importante local de passagem das tropas que abasteciam a colônia com gêneros alimentícios, principalmente carne de origem sulina, havia a presença constante de carros de bois, assim como de cavalos e mulas pelas ruas da cidade. O controle da circulação dos animais, tanto quanto o das pessoas pobres, foi feito através das já citadas demolições, mas também da promulgação de leis restringindo a circulação dos animais ou ditando como e quais deles poderiam permanecer no convívio da nova cidade civilizada. As reformas urbanísticas estabelecidas no final do século XIX e início do século XX deram início ao movimento de expulsão dos pobres para as periferias que se perpetua até hoje.

³¹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 130: “Um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente”.

³² Farage (2012, p. 286) relata as revoltas desse período como resistência biopolítica à tentativa de intrusão dos corpos para controle sanitário e social. “(...) naquele momento cerravam fileiras na defesa de corpos vulneráveis diante do biopoder que se instaurava, em movimento que, ainda na esteira de M.Foucault (1988; 2008), podemos compreender como resistência biopolítica”.

³³ Chalhoub (1986) discute a associação contínua das classes pobres ao perigo por ameaça à ordem social, ilustrando diversos casos de perseguição a pessoas consideradas inadequadas ao novo ritmo de trabalho por possuírem vícios e serem adeptos da vadiagem.

³⁴ SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**. São Paulo: Cosac Naify, 2010, p. 43: “Pode-se deduzir, portanto, que a transformação do plano urbano da capital obedeceu a uma diretriz claramente política, que consistia em deslocar aquela massa temível do centro da cidade, eliminar os becos e vielas perigosos, abrir amplas avenidas e asfaltar as ruas. E, com efeito, a medida mostrou-se adequada: a Revolta da Vacina foi o último motim urbano clássico do Rio de Janeiro. Se o remédio foi eficaz, o diagnóstico foi exemplar.”.

³⁵ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 29.

³⁶ Farage (2012) cita a experimentação realizada no corpo do menino Guimarães Pires, que morrera de peste bubônica e teve seu sangue injetado em um animal, a fins de experimentação. Nesse sentido, os corpos dos animais e dos pobres poderiam ser violados em nome da ciência e do progresso.

Aprobato Filho (2006) relatou como os animais eram vistos como sinal de atraso, de sujeira, resquícios do período colonial que persistiam no projeto da nova cidade de São Paulo, alvo de investimento do capital provindo dos cafezais, sendo constantemente retratados em jornais da época³⁷. Para tornar a cidade civilizada e moderna, era necessário realizar algumas mudanças, e os animais não mais poderiam frequentar os espaços reservados aos homens civilizados no novo projeto urbanístico. A promulgação de diversas leis no período da segunda metade do século XIX e meados do século XX, em São Paulo, nos interessa aqui, principalmente observando como era a maneira então empregada de fixar novas regras e exercer o controle social pela via da coerção legislativa:

Os animais, no contexto do “planejamento urbano” da cidade, através principalmente da legislação municipal, transformaram-se em alvo constante de “perseguição”. Em raros momentos, porém, foram vistos como formas de vida passíveis de proteção e cuidados. Várias leis foram criadas com a intenção clara de afastar, ou pelo menos camuflar, através de um intenso controle, suas existências na cidade. Dos locais proibidos para a construção de estábulos à criação de um zoológico, passando pelo trânsito de gado na Avenida Paulista, de suínos nas ruas centrais, dos anúncios e reclames conduzidos por elefantes, etc., percebe-se, em mais de mil referências diretas existentes na coleção de leis entre os anos de 1870 e 1940, a importância que o tema adquiriu nas pautas de discussões da Câmara Municipal. Qualquer raiz colonial deveria ser, senão extirpada, ao menos enxertada. (APROBATO FILHO, 2006:117)

Os cães, especialmente, foram alvo de diversas legislações. De 1870 até meados de 1930, segundo Aprobato Filho (2006), leis promulgadas determinaram o sacrifício dos animais sem raça e o recolhimento dos animais de raça, pois esses pertenciam a famílias ricas, isso até o surgimento da “carrocinha” e o recolhimento e sacrifício de qualquer cão encontrado nas ruas sem identificação. O deslocamento e a vadiagem dos cães eram associados às atitudes de seus donos, normalmente pessoas pobres que circulavam nos mais

³⁷ Os animais, em representações da época, como das de Angelo Agostini, eram associados ao atraso, a sujeira. Os animais invadiam os espaços reservados aos homens. “No cotidiano da ‘urbanização incipiente’ da capital paulista do século XIX, e até por volta de 1870, as mudanças aconteciam de forma lenta e compreensível. Qualquer alteração era facilmente sentida e incorporada às experiências psicofisiológicas, ambientais e socioculturais do período, mudando paulatinamente os referenciais estabelecidos. Parte marcante desses referenciais, e portanto preponderante neste cotidiano, como mostra a fina sensibilidade estética e crítica de Angelo Agostini, era a presença dos animais. Das tropas de mulas aos carros de bois, das carroças às montarias, das boiadas aos urubus, das aves aos peixes, dos cães e sapos à inumerável quantidade de insetos e parasitas, os animais, nesse período, viviam, ‘invadiam’ e passavam constantemente por ruas, largos, becos, praças, matas, bosques, rios, várzeas, quintais, terrenos, casas e chácaras da cidade. Era impossível não os perceber, não ter uma convivência próxima e intensa com eles””. (APROBATO FILHO, 2006:75).

variados ambientes³⁸. Nesse contexto, os animais representam um perigo à convivência no novo projeto de civilização, sendo afastados e mortos³⁹.

O capitalismo, a urbanização e a industrialização passam a exercer controle direto sobre os corpos, limitando suas vidas e criando controle sobre suas mortes. Bem diferente, portanto, da relação pré-industrial do homem em contato direto com a natureza, com a consequente dependência dela e que temia seus ciclos e seu poder. A natureza passar a ser controlada e útil. O surgimento do bio-poder foi de extrema importância para a implantação do capitalismo, pois, segundo Foucault, “só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos”⁴⁰.

E é justamente nesse período de maior perseguição aos animais e restrição de sua circulação pela cidade que surge a primeira associação de proteção aos animais, a UIPA, União Internacional Protetora dos Animais, em 1895. O site da instituição⁴¹ conta como se deu a sua fundação e destaca o envolvimento de europeus no processo: um suíço responsável pela articulação civil para consolidar a instituição⁴² e a direção de um nobre inglês que assumiu a presidência da instituição. É notável que no período de impulso industrial e civilizatório tenha surgido com mais força um movimento de afeição à natureza, de proteção a ela, nesse caso relacionado aos animais. Além disso, a Europa era o referencial de civilização da época: tanto a civilização que legitimava as mudanças estruturais e sociais nas cidades, quanto a civilização que argumentava a favor da defesa dos animais, daqueles que não podiam se defender.

A afeição ao campo e a tentativa de reprodução ou aproximação com a natureza em pequenos jardins e criação de animais remetem ao período pós Revolução Industrial na Inglaterra. O avanço da industrialização, assim como a expansão das cidades e da atividade fabril, levou ao que o historiador Thomas definiu como uma atitude romantizada de proteção

³⁸ Segundo Aprobato Filho (2006:151), “Cães no cio e meninos pobres, ‘vagabundos’, eram, na visão de muitos, alguns dos entraves que emperravam a modernização paulistana, que maculavam a grandeza da cidade”.

³⁹ De acordo com Foucault (1988.130:131), “São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros. (...) As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida (...) A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é, agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida”.

⁴⁰ FOUCAULT, Michel. Direito de morte e poder sobre a vida. In: **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 132.

⁴¹ UIPA – UNIÃO INTERNACIONAL PROTETORA DOS ANIMAIS. Disponível em: <<http://www.uipa.org.br/historia/>>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

⁴² A comissão organizada pelo suíço Henri Ruegger foi a responsável por fundar a UIPA. O suíço “dispôs-se a denunciar os maus-tratos a que era submetido um cavalo, em plena área central de São Paulo, mas indignou-se ao tomar ciência de que inexistia, no país, entidade destinada à proteção dos animais”. Disponível em: <<http://www.uipa.org.br/historia/>>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

à natureza⁴³. No caso da cidade de São Paulo, a primeira associação identificada claramente com a proteção dos animais surgia, justamente, em meio ao processo de modernização, reformulação e ampliação da cidade, assim como da atividade industrial surgida com o investimento do capital proveniente da atividade cafeeira. Pode-se afirmar, então, que o movimento contemporâneo pelos direitos animais é produto da sociedade industrial e da nova relação do homem com a natureza.

2.2 Espaço e controle

O crime de maus tratos ocorre, normalmente, na casa dos denunciados ou em seus ambientes de trabalho. Diferente de outros crimes, que podem se dar tanto em espaços públicos como em privados, os crimes de maus tratos exibem a característica de ocorrerem nos espaços privados dos denunciados ou nos espaços de transição entre o privado e o público (DAMATTA, 1997), como quintais e varandas. A dinâmica social e as relações estabelecidas com os animais domésticos nos espaços das grandes cidades permitem somente que estes habitem espaços privativos, ainda que sejam quintais.

As denúncias relacionadas a gatos, pássaros e outros animais são poucas. A quase predominância de denúncias referentes a cachorros se dá em razão do espaço social reservado a esses animais. Os cães estão muito mais presentes no cotidiano de seus donos e mantêm uma relação com o ser humano que remete aos primórdios da domesticação dos animais. As regras estabelecidas sobre como se deve tratar um cachorro são bem mais claras do que aquelas relativas aos peixes, por exemplo. A relação com os cachorros mede-se, também, pelo processo de empatia e identificação com o animal através da aparência física e da capacidade de interação.

Existe uma única denúncia relacionada a gatos que não é relativa a envenenamento ou espancamento em espaços públicos. As outras denúncias aludem a suposições sobre envenenamento e assassinatos de gatos em grande quantidade. Exceto no que concerne a cães, as denúncias referem-se a animais em quantidades. Os gatos, por exemplo, são sempre mencionados em mais de dois animais, assim como galinhas e patos, citados por serem

⁴³ “Essa afeição pelo campo, real ou imaginária, não se confinava às classes altas, sendo comum a muitos indivíduos da primeira nação industrial. (...) À medida que as fábricas se multiplicavam, a nostalgia do morador da cidade refletia-se em seu pequeno jardim, nos animais de estimação, nas férias passadas na Escócia, ou no Distrito dos Lagos, no gosto pelas flores silvestres e a observação dos pássaros, e no sonho com um chalé de fim de semana no campo”. (THOMAS, 2010, p. 16).

criados para sacrifício em rituais religiosos⁴⁴. Esse tipo de denúncia, remetendo à quantidade e aos espaços públicos, acontece porque muitos gatos ainda são criados com pleno acesso à rua. Por não permanecerem boa parte do tempo em um lugar fixo, é difícil acompanhar o dia a dia desse animal para identificar possíveis maus tratos. Outras características físicas e comportamentais permitem associar a frequência ou não de denúncias, como o tamanho do animal. No caso dos pássaros, as poucas denúncias referem-se a pássaros em grande quantidade ou de grande porte, como araras. Ainda assim, as denúncias envolvendo pássaros remetem sempre a animais silvestres. As denúncias não necessariamente são a respeito de maus tratos, mas da guarda de animais silvestres sem a devida licença. Outros animais, como bois e cavalos, são raros nas denúncias pela sua presença restrita em grandes cidades, como São Paulo. Os cavalos aparecem nos processos quando estão expostos em ambientes públicos, como praças e ruas, e em bairros periféricos, localizados nos extremos da cidade, onde ainda existem espaços verdes não necessariamente delimitados, como os parques, e constituem-se como transição entre rural e urbano. O único caso de denúncia relacionada a peixes refere-se ao modo como os animais são criados, expostos e vendidos em um *pet shop*, envolvendo a violação de normas de vigilância sanitária.

No que concerne aos animais domesticados presentes nas grandes cidades, a relação de empatia e o espaço social ocupado por esse animal indicará qual *status* ele ocupará e o quanto de cuidado receberá por parte dos seres humanos. Animais comestíveis, como vacas, galinhas e porcos, estão presentes no cotidiano das grandes cidades como alimentos despersonalizados, em pedaços higienizados, comprados nos mercados. Os animais aos quais são permitidos o convívio com os seres humanos e que partilham seu ambiente privado exibem características específicas que nos levam a entender o porquê de serem objetos de denúncias relativas à maus tratos ou não. É importante compreender a relação entre a convivência entre animais e humanos no espaço privado das grandes cidades como São Paulo e o estabelecimento de regras para tratamento dos mesmos. Nas grandes cidades, esses animais adquirem um papel social pelas relações afetivas, muito diferente do papel social e do modo como são encarados os cães, por exemplo, em um ambiente rural, onde os animais vivem normalmente mais ligados à natureza. Mesmo em ambientes rurais, pode haver uma

⁴⁴ A acusação de criação e sacrifício de animais em rituais de religiões afrodescendentes são frequentes. Os denunciantes referem-se aos atos como “macumba”, emitindo juízo de valor e alegando a ilegalidade de tal medida. No entanto, a criação e sacrifício de animais em rituais religiosos não é uma prática que leva a processo por maus tratos por esbarrar no princípio da liberdade religiosa, expressa na Constituição de 1988. Nesses casos, os únicos argumentos que poderiam levar a um processo dos denunciados seriam as condições fitossanitárias de criação, sacrifício e descarte dos animais.

diferenciação no tratamento e na afetividade dispensados aos cães que vivem no espaço privado das casas em comparação com aqueles que vivem fora delas.

Os cães foram a primeira espécie domesticada pelo *homo sapiens*⁴⁵ e estão presentes nos ambientes privados das mais variadas classes sociais brasileiras. Sua dependência, que inspira cuidados, assim como seus traços neotênicos⁴⁶ e características físicas e comportamentais decorrentes de anos de domesticação⁴⁷, resultaram em uma presença maciça desses animais no cotidiano dos seres humanos⁴⁸; sua dependência⁴⁹ e “fragilidade” resultam em um número maior de denúncias por serem considerados mais suscetíveis. Em comparação com o gato, que também apresenta características comportamentais e físicas decorrentes da domesticação, além de traços neotênicos, os cães são criados em ambientes fechados e os seus tutores podem manter um maior controle do seu cotidiano. Gatos em ambientes fechados são pouco comuns, assim como ainda é visto como natural que os gatos sejam criados com pleno acesso às ruas, perambulando pela vizinhança. A necessidade de proteção aos animais objeto de maus tratos é reforçada em denúncias através do apelo emocional, com expressões como “implorei pelo amor de deus para ela não soltar na rua (...) me ajudem a salvar essa vida”, “pessoas que amam, gostam e adoram os animais sabem que isso não é jeito de se criar um

⁴⁵ SILVA, Danilo Pereira da. **Canis familiaris**: Aspectos da domesticação (Origem, Conceitos, Hipóteses). Monografia de conclusão de graduação. UNB, Brasília, 2011, p. 6: “Análises de DNA demonstraram um ancestral comum do lobo e do cão, mais antigo, possivelmente mais de 100.000 anos atrás”.

⁴⁶ A neotenia é definida por Gould (2004:84) como “juvenilização progressiva como fenômeno evolutivo” e por Montagu (1988:66) como “(...) o processo de evolução por meio do qual é estipulado o aumento no tamanho dos períodos de desenvolvimento humano é chamado de neotenia”. Os cães manteriam, assim, uma infância prolongada com características de dependência que inspirariam cuidados por parte de seus tutores.

⁴⁷ Cor da pelagem, tamanho e outras características dos cães contemporâneos são resultado de anos de cruzamento decorrentes da domesticação. Os cruzamentos foram realizados para selecionar as características desejáveis ou não nesses animais: “(...) é pacífico que os animais domesticados têm um conjunto de características neotênicas em comum. Tendem a ser menores, de orelhas mais caídas e cauda mais enrolada, a pelagem às vezes é malhada, em contraste com o pelo monocromático dos seus antepassados selvagens. Esses fenótipos da domesticação são vistos em graus variados em um grande conjunto de espécies, como cães, porcos e vacas, em alguns não mamíferos, como as galinhas, e até em alguns peixes”. (SILVA, 2011, p. 23).

⁴⁸ Segundo Velden (2010), o tratamento dispensado aos cães domésticos ao qual nos referimos é aquele presente em sociedades ocidentais influenciadas pelas culturas europeias. Os índios brasileiros, por exemplo, possuem uma relação diferente com cães e outros animais advindos do contato com os brancos. Os cães presentes nas aldeias karitiana recebem tratamento intensivo quando são filhotes, sendo deixados de lado quando crescem. Os animais, para essas sociedades, representam status e uma forma de se inserir na sociedade dos brancos.

⁴⁹ GOULD, Stephen Jay. **O polegar do panda**: reflexões sobre história natural. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 89: “Meus argumentos funcionam igualmente bem em qualquer caso, pois limito-me a afirmar que os traços de bebê tendem a desencadear fortes sentimentos de afeição nos adultos, seja sua base biológica a programação direta ou a capacidade de aprender e fixar sinais (...) muitos animais, por razões que nada têm a ver com a inspiração de afeto nos humanos, apresentam alguns traços comuns aos bebês humanos, mas não aos nossos adultos – particularmente, olhos grandes e cabeça bulbosa, com queixo retraído. Somos atraídos por eles, cultivamo-los como bichos de estimação, paramos para admirá-los quando os encontramos no estado selvagem – ao passo que rejeitamos seus parentes de olhos pequenos e focinhos longos que poderiam constituir companheiros mais afeiçoados ou objetos de admiração. Lorenz enfatiza que os nomes alemães de muitos animais com traços semelhantes aos dos bebês humanos terminam pelo sufixo diminutivo *chen*, embora esses animais sejam muitas vezes maiores do que seus parentes próximos que não exibem essas mesmas características – Rotkehlchen (pintaroxo), Eichhörnchen (esquilo) e Kaninchen (coelho), por exemplo”.

animal”⁵⁰, “por favor gente se compadeçam, pelo amor de Deus, é sério”, “solicitamos assim a encarecida ajuda de vocês para poder salvá-los, divulgação da história e posterior encaminhamento para a felicidade merecida deles”.

O Gráfico 1 apresenta a porcentagem relativa aos tipos de animais mencionados nas denúncias, considerando todos os processos arquivados no GECAP, inclusive aqueles fora de São Paulo. Cerca de 74,88% das denúncias são relativas aos cães, seguidos por 15,46% de animais como cavalos, mulas, peixes, galinhas, pássaros domesticados e silvestres, dentre outros, e 8,70% relativo aos gatos. O restante, 0,97%, refere-se à denúncias que não especificaram o animal alvo de maus tratos, nem forneceram maiores informações para instauração da perícia e abertura do processo. O Gráfico 2 apresenta a porcentagem relativa aos tipos de animais mencionados nas denúncias, considerando apenas os processos relativos à cidade de São Paulo. Cerca de 79,46% das denúncias são relativas aos cães, seguidos por 12,43% de animais como cavalos, mulas, peixes, galinhas, pássaros domesticados e silvestres, dentre outros, e 7,57% relativo aos gatos. O restante, 0,54%, refere-se à denúncias que não especificaram o animal alvo de maus tratos, nem forneceram maiores informações para instauração da perícia e abertura do processo. A variação relativa aos tipos de animais mencionados nas denúncias, considerando todos os processos e somente os processos na cidade de São Paulo, é pequena. O alto número de processos relativos aos cães demonstra que esses animais estão mais expostos socialmente ao olhar dos denunciante, assim como as condições necessárias ao bem estar dessa espécie são mais bem definidas socialmente em comparação com as das outras espécies mencionadas.

⁵⁰ Transcrição das expressões exatamente como elas se encontram nas denúncias consultadas.

Gráfico 1 – Processos envolvendo tipos de animais em todas as denúncias consultadas (2011 – 2015)

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Tabela 1 – Processos envolvendo tipos de animais (2011 – 2015)

PROCESSOS ENVOLVENDO TIPOS DE ANIMAIS			
ANIMAIS	FREQUÊNCIA	FREQUÊNCIA RELATIVA	PORCENTAGEM
Não é possível identificar	2	0,009661835748792	0,97%
Gatos	18	0,086956521739131	8,70%
Animais diversos	32	0,154589371980676	15,46%
Cães	155	0,748792270531401	74,88%
TOTAL	207	1	100,00%

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Gráfico 2 – Processos envolvendo tipos de animais nas denúncias referentes apenas à cidade de São Paulo (2011 – 2015)

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Tabela 2 – Processos envolvendo tipos de animais nas denúncias referentes apenas à cidade de São Paulo (2011 – 2015)

PROCESSOS ENVOLVENDO TIPOS DE ANIMAIS NA CIDADE DE SÃO PAULO			
ANIMAIS	FREQUÊNCIA	FREQUÊNCIA RELATIVA	PORCENTAGEM
Não é possível identificar	1	0,005405405405405	0,54%
Gatos	14	0,075675675675676	7,57%
Animais diversos	23	0,124324324324324	12,43%
Cães	147	0,794594594594595	79,46%
TOTAL	185	1	100,00%

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

O ingresso de agentes no espaço privado dos denunciados, assim como a facilidade de acesso a esse espaço por parte de quem registrou a denúncia são necessários para averiguação do que foi relatado na denúncia. A riqueza de detalhes sobre as condições do denunciado e do animal em questão dependem da forma de ingresso no ambiente privado e descrição feita pelos órgãos responsáveis pela fiscalização. As denúncias compreendem diversos pontos de vista que são condensados na fonte final resultada no papel arquivado.

De acordo com Aboim (2012), existem quatro acepções usuais quando nos referimos à separação entre público e privado. A primeira delas vem dos teóricos liberais e associa o público ao Estado e o privado ao mercado. A segunda relaciona o espaço do público com a igualdade e o exercício da plena cidadania: o espaço da polis é onde todos os cidadãos são iguais perante a lei, em contraponto com o espaço privado, que é lugar das desigualdades naturais, como entre pai e filho. A terceira acepção refere-se ao público como espaço político que proporciona maior sociabilidade, em contraposição com o espaço privado, que limita a socialização aos poucos indivíduos que podem acessá-lo. A última acepção vem dos estudos feministas, que associam o espaço privado e o público à reprodução de uma ordem de gênero, onde os espaços públicos são o lugar do homem e o espaço privado é o local da mulher, associada à manutenção da casa e da família.

A quarta e última acepção de Aboim é aqui utilizada, associada aos estudos feministas, no que tange à distinção do espaço público e privado, assim como as funções atribuídas a cada um a partir das relações sociais. Nesse ponto, os espaços são definidos por meio dos contrastes entre público/masculino, privado/feminino, privado/espaço da intimidade, da família e do pessoal e público/local das leis⁵¹ e da impessoalidade. A casa é o espaço no qual as regras de convivência são ditadas pela família, em contraposição à rua, com as regras ditadas pelo Estado⁵². DaMatta (1997) postula que a definição de espaço privado no Brasil é maleável, conforme maior individualização ou não dos lugares⁵³. No entanto, quando o espaço da rua invade o espaço da casa, podem ser criadas situações autoritárias mediadas pelas regras da rua. As normas sociais e de recepção definem os espaços e quem circula por eles como visita, a qual a circulação é permitida e solicitada, ou estranho, ao qual a circulação não foi permitida ou solicitada. Ou seja, a entrada em um ambiente tido como privado é

⁵¹ Segundo DaMatta (1997:24), há “(...) o código da casa (fundado na família, na amizade, na lealdade, na pessoa e no compadrio) e o código da rua (baseado em leis universais, numa burocracia antiga e profundamente ancorada entre nós, e num formalismo jurídico-legal que chega às raias do absurdo)”.

⁵² DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 20: “Assim, sabemos que em casa podemos fazer coisas que são condenadas na rua, como exigir atenção para a nossa presença e opinião, querer um lugar determinado e permanente na hierarquia da família e requerer um espaço a que temos direito inalienável e perpétuo. Em casa somos todos, conforme tenho dito, ‘supercidadãos’. Mas e na rua? Bem, aqui passamos sempre por indivíduos anônimos e desgarrados, somos quase sempre maltratados pelas chamadas ‘autoridades’ e não temos nem paz, nem voz”.

⁵³ DAMATTA, Roberto. *Opcit*, 1997, p. 16: “(...) a casa está, conforme disse Gilberto Freyre, relacionada à senzala e ao mocambo, ela também só faz sentido quando em oposição ao mundo exterior: ao universo da rua. Ou seja: o que temos aqui é um espaço moral posto que não pode ser definido por meio de uma fita métrica, mas – isso sim – por intermédio de contrastes, complementaridades, oposições. Nesse sentido, o espaço definido pela casa pode aumentar ou diminuir, de acordo com a unidade que surge como foco de oposição ou de contraste. A casa define tanto um espaço íntimo e privativo de uma pessoa (por exemplo: seu quarto de dormir) quanto um espaço máximo e absolutamente público, como ocorre quando nos referimos ao Brasil como nossa casa”.

cercado de rituais solenes⁵⁴. A exposição e a violação do espaço privado, assim como a entrada em seu espaço sem os rituais que distinguem o “estranho”, não desejado, da “visita”, aquele que é esperado, são determinadas de acordo com as classes dos denunciados.

O próprio espaço das cidades brasileiras é demarcado pela oposição entre a periferia e o centro: entre quem está dentro e quem está às margens. Estar às margens é ter menos acesso à plena cidadania e aos direitos e, ao mesmo tempo, ser alvo de maior vigilância:

Nas cidades brasileiras, a demarcação espacial (e social) se faz sempre no sentido de uma gradação ou hierarquia entre centro e periferia, dentro e fora. Para verificar isso, basta conferir a expressão brasileira "centro da cidade", e também a conotação altamente negativa do espaço sub-urbano - suburbano -, (...). Se não fosse muita ousadia, poder-se-ia sugerir que a ausência de uma ocupação sistemática dos morros e elevações pelos segmentos dominantes teria alguma relação com essa obsessão pelo “centro”. (DAMATTA, 1997:32)

Pelos processos analisados, lança-se a hipótese de que os espaços de classe média e da classe alta são mais afeitos à definição do privado do que os espaços do novo proletariado⁵⁵ ou das classes baixas. A casa e o espaço privado encontram-se, ainda no que concerne aos espaços, naqueles que podem ser controlados, em oposição ao espaço público, o espaço de todos, o selvagem, onde não há controle sobre as atividades e movimento. No entanto, os espaços privados das classes sociais mais vulneráveis são constantemente violados, em comparação com os espaços privados das classes sociais mais altas.

As dinâmicas estabelecidas entre o público e o privado são ditadas pelas normas e relações sociais nos espaços: elas limitam a vida pública e a vida privada. Mesmo no espaço privado das casas, a entrada de estranhos é permitida⁵⁶ mediante delimitação dos espaços interiores reservados às visitas. Bordieu assim definiu o espaço da casa, do privado, em seu estudo sobre as casas kabyle:

Microcosmo organizado segundo as mesmas oposições e as mesmas homologias que ordenam o universo, a casa mantém uma relação de homologia com o resto do universo; mas, visto sob outro ângulo, o mundo da casa tomado em seu conjunto encontra-se numa relação de oposição com o resto do mundo, cujos princípios não

⁵⁴ DAMATTA, Roberto. *Opcit*, 1997, p. 11: “Aliás, melhor dizendo, são precisamente essas normas de recepção que amortecem a passagem entre a casa e a rua e, simultaneamente, nos fazem anfitriões, transformando o estranho, o parente e até mesmo o inimigo ou o estrangeiro numa ‘visita’. Ou seja, uma entidade definida com extrema precisão social no caso brasileiro e portanto sujeita a uma série de atenções altamente conscientes - ritualizadas e solenes.”

⁵⁵ Segundo Singer (2012), a nova divisão de classes no Brasil deve levar em conta o acesso ao consumo, à saúde e à educação privadas e ensino superior. O novo proletariado, ou classe C, é a classe que atingiu os padrões de consumo da classe média, mas não possui sua condição financeira garantida por gerações anteriores, como a classe média tradicional.

⁵⁶ BORDIEU, Pierre. A casa kabyle ou o mundo às avessas. In: **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 8, número 8, 199, p. 155: “Qualquer entrada numa casa representa ameaça para a plenitude do mundo interior”.

são senão aqueles que organizam tanto o espaço interno da casa quanto o resto do mundo e, de maneira mais geral, todos os domínios da existência. (BORDIEU, 1999:152)

As denúncias de maus tratos concentram-se onde os espaços privados são mais vulneráveis, tanto pela configuração física quanto pelas relações sociais que se estabelecem entre vizinhanças. As casas com quintais e janelas estão mais abertas e mantêm maior contato com a rua e o espaço público do que os condomínios e apartamentos que podem ser acessados somente através da varanda ou após a entrada permitida pelo porteiro. O controle da circulação nos espaços das classes médias tradicionais e classes altas é maior do que nos espaços de periferia, considerados mais aptos a serem violados pelo poder público.

Contrariando a lógica de regiões mais próximas ao centro serem mais vigiadas e contarem com maior presença do poder público, a quantidade de denúncias nos espaços de periferia, assim como denúncias contra moradores de rua, denotam a perpetuação da exclusão social e a vigilância que atinge as camadas mais baixas. Assim como o direito penal, o direito ambiental funcionaria, segundo a hipótese lançada, como “responsável para a manutenção do *status quo* de determinada classe social, funcionando como gestor da miséria que solapa as condições de vida”⁵⁷.

No entanto, deve-se considerar que o conceito de periferia não é fixo. Existe um debate acerca do que se poderia considerar periferia, pois essa condição não depende somente da distância entre uma determinada região ou bairro e o centro da cidade. Existem outras variáveis que definem uma região periférica, como o acesso aos serviços públicos, a renda média dos moradores e o consequente valor de compra e venda dos espaços, além da cultura de periferia e da afirmação do periférico como uma identidade que transcende espaços pré determinados. Utilizando-se o critério espacial de distância do centro da cidade, a periferia de São Paulo concentra áreas de alta renda e pleno acesso a serviços públicos como o Morumbi. Esse mesmo bairro está ao lado de Paraisópolis, que concentra moradores com rendas baixas e acesso dificultado a serviços públicos. Mesmo em regiões centrais da cidade de São Paulo, encontram-se áreas que não possuem acesso pleno aos serviços públicos e de baixo valor de compra e venda. Não foi possível verificar relação entre espaço, renda e valor de compra e venda e o número de denúncias, com a presente pesquisa. Além disso, por ser um termo variável, tentou-se verificar qual a renda média e a forma de ocupação do espaço em regiões

⁵⁷ CORDEIRO, Euller Xavier. **A participação da vítima no processo penal**. Dissertação (Mestrado em Direito), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Unesp, 2014, p. 123.

mencionadas nas denúncias para estabelecer o mapa de denúncias e levantar hipóteses acerca de uma lógica espacial e social que influenciariam nessa dinâmica.

Os denunciantes dos crimes de maus tratos não são identificados na maioria dos casos. As denúncias podem ser feitas tanto por vizinhos que presenciaram as cenas de maus tratos ou por pessoas de outras regiões que delas souberam, sobretudo, através de correntes via e-mail e redes sociais mantidas por militantes de toda a cidade de São Paulo e região.

A organização do espaço das grandes cidades liga-se à lógica de controle típica da ordem capitalista burguesa. A ascensão da burguesia como classe social dominante proporcionou o desenvolvimento de uma nova organização política e espacial, do Estado, assim como dos costumes, que Elias (2011) chama de “processo civilizador”. Esse processo civilizador não foi racional ou premeditado, ocorrendo em etapas, em todos os segmentos sociais. Fato é que no bojo do processo civilizador foram surgindo costumes que objetivavam o autocontrole do indivíduo para a manutenção da ordem estabelecida. O autocontrole aqui é necessário e sua perda pode colocar em risco a vida coletiva, organizada, pois cada vez mais “as atividades humanas mais animais são progressivamente excluídas do palco da vida comunal e investidas de sentimentos de vergonha”⁵⁸. Assim, o novo modo de vida burguês condena comportamentos que aproximam o homem de suas paixões e do instinto animal. Elias define esse autocontrole como uma “segunda natureza”⁵⁹, sendo essencial para a nova configuração política. A lei burguesa surge em substituição à coerção pela força física: a lei é uma forma de civilizar o comportamento. As classes mais abastadas são as que gastam mais tempo adaptando-se ao código vigente de conduta.

No caso da organização espacial, Elias menciona o exemplo da organização das ruas como uma adaptação desse novo mecanismo psicológico de controle da libido e das pulsões. Nelas, o único perigo está na perda do autocontrole do indivíduo inserido nessa lógica, em comparação com as ruas nas sociedades de guerreiros, os quais estão sempre prontos para a luta:

Pensemos nas estradas interioranas de uma sociedade simples de guerreiros, com uma economia de troca, sem calçamento, expostas ao vento e à chuva. Com raras exceções, há pouco tráfego; o principal perigo é um ataque de soldados ou salteadores. (...) A vida nas estradas principais dessa sociedade exige uma prontidão constante para a luta, e dá livre rédea às emoções, em defesa da vida ou das posses contra o ataque físico. Já o tráfego nas ruas principais de uma grande cidade na sociedade complexa de nosso tempo exige uma modelação inteiramente diferente do mecanismo psicológico. Neste caso, é mínimo o perigo de ataque físico. (...) Esse

⁵⁸ CORDEIRO, Euller Xavier. *opcit*, p. 193-194.

⁵⁹ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, volume 2: formação do Estado e civilização**. Tradução de Ruy Jungmann, Revisão, apresentação e notas, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, p. 197.

controle externo, porém, baseia-se na suposição de que todos os indivíduos estão regulando seu comportamento com a maior exatidão, de acordo com as necessidades dessa rede. O principal perigo que uma pessoa representa para a outra nessa agitação toda é o de perder o autocontrole. (ELIAS, 1993.196:197).

A monopolização da violência física pelo Estado, assim como a reorganização espacial pressupondo o autocontrole, criou os “espaços sociais pacificados”⁶⁰, onde as paixões animalescas não são permitidas e qualquer desvio comportamental pode ser punido pela lei.

3. Maus tratos aos animais na legislação brasileira e a Lei Federal de 1998

3.1 Direito ambiental e maus tratos

Ainda há pouca discussão acerca da situação dos animais no universo do direito e mesmo no ensino superior o Direito Ambiental não é visto como uma parte relevante do currículo⁶¹. Alguns dos estudos existentes investigam o direito à luz de uma abordagem teórica típica de militantes dos direitos animais estudiosos da área como Oliveira⁶², que defende um novo *status* jurídico para os animais:

Concluir-se-á pela necessidade de construção de um novo *status* jurídico para os animais que transcenda a mera atribuição como bem ambiental de interesse difuso vigente no Direito brasileiro, visto que este modelo jurídico não tutelaria o animal de forma individualizada, mas como espécie integrante de um ecossistema e que a prática de um ato que implicasse em dor e sofrimento não teria tanta importância para o meio ambiente. (OLIVEIRA, 2007:193)

Ainda assim, os estudos realizados por militantes dos direitos animais tendem a ser ensaios românticos e pouco críticos em relação à instauração de penas aos que se relacionam com os animais de maneiras consideradas inadequadas. Esses estudos representam o pensamento de uma parcela da sociedade que se encaixa no perfil de pessoas brancas e de classe média que fazem alusão à cultura europeia como exemplo de avanço. A maioria dos estudos sobre direito ambiental destaca mais a problemática relativa à flora do que à fauna, pontuando questões como poluição e desmatamento, por exemplo. Mesmo nos estudos de

⁶⁰ ELIAS, Norbert. *Opcit*, 1993, p. 201.

⁶¹ Séguin, Elida, Carrera, Francisco. **Leis dos Crimes Ambientais**. Rio de Janeiro: Ed. Esplanada, 1999, p.18: “A inclusão pelo Pacto Social (art. 225) da Educação Ambiental, *em todos os graus de ensino*, como forma de preservação, não foi totalmente implementada, assim vários são os cursos de terceiro grau que omitem de suas grades de disciplinas o estudo preceituado. O desconhecimento propicia a degradação, seja pela ação, seja pela omissão, enfim pela falta de consciência”.

⁶² OLIVEIRA, Thiago Pires. Redefinindo o Status jurídico dos animais. In: **Revista Brasileira de Direito Animal**, ano 2, número 3, p.193-208, jul/dez 2007, p. 193.

história ambiental, o foco tende a ser a compreensão das relações do homem com o meio ambiente sob uma perspectiva utilitarista. Como já foi mencionado, os estudos antropológicos são os que mais tem produzido acerca da relação do ser humano com os animais. No que concerne à relação com os animais intermediada pela legislação, o campo ainda é novo⁶³.

Os processos de elaboração e de promulgação da Lei Federal de Crimes Ambientais foram precedidos de outras tentativas de normatização em relação ao meio ambiente em âmbito nacional e global, o que também pode ser explicado, também, pela trajetória do pensamento ambientalista e da ecologia no Brasil e no mundo. No tocante aos direitos dos animais, pois outros tratavam somente de questões relativas à flora e ao meio ambiente como um todo, cabe ressaltar as seguintes legislações: Decreto Federal Nº 24.645 de 10 de julho de 1934⁶⁴, ainda utilizado em algumas ações judiciais por militantes dos direitos animais; sua atual vigência é um ponto não consensual no direito; lei Nº 5.197 de 3 de janeiro de 1967⁶⁵, que “dispõe sobre a proteção à fauna e cria o respectivo Conselho Nacional de Proteção”⁶⁶; a Declaração Universal dos Direitos dos Animais da UNESCO, de 1978, da qual o Brasil é signatário; lei Nº 7.653 de 12 de fevereiro de 1988⁶⁷ e, por fim, a Lei de Crimes Ambientais de 1998⁶⁸, que “abrandou o rigor da lei 7.653/88, colocou a proteção à fauna em maior conformidade com o sistema e procurou aproximar-se mais da realidade brasileira, admitindo, por exemplo, a morte para saciar a fome do agente”⁶⁹. A promulgação de legislações referentes aos animais em períodos de governos conservadores no Brasil pode indicar uma maior aceitação dessa pauta por esta corrente política.

Após a promulgação da Lei Federal de Crimes Ambientais, intensificou-se a discussão pública de diversas leis municipais e estaduais, através da ação de políticos que declaram ter afinidade com a causa da defesa animal⁷⁰. O incremento da discussão, em âmbito legislativo,

⁶³ Um estudo com uma proposta assemelhada foi a dissertação de mestrado de Adilson Franco Luís Nassaro, “Policiamento ambiental: políticas públicas de meio ambiente e tráfico de animais silvestres (oeste do Estado de São Paulo, 1998 a 2012)”. Nesse caso, a abordagem privilegiou o tratamento destinado aos animais silvestres.

⁶⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24645.htm>. Acesso em 03 de março de 2017.

⁶⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5197.htm>. Acesso em 05 de março de 2017.

⁶⁶ WAINER, Ann Helen. **Legislação Ambiental Brasileira**: subsídios para a História do Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1999, p. 73.

⁶⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L7653.htm>. Acesso em 05 de março de 2017.

⁶⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm>. Acesso em 05 de março de 2017.

⁶⁹ FREITAS, Vladimir Passos de, FREITAS, Gilberto Passos de. **Crimes contra a natureza (de acordo com a Lei 9605/98)**. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2000, p. 73.

⁷⁰ Destacam-se entre o eleitorado da cidade de São Paulo as ações dos irmãos Tipoli: Roberto Tripoli, deputado estadual com mandato em vigência, Ricardo Tripoli, deputado federal com mandato em vigência por São Paulo, e Feliciano Filho, deputado estadual com mandato em vigência. Pertencentes aos partidos PV, Partido Verde, PSDB, Partido da Social Democracia, e PEN, Partido Ecológico, respectivamente, a causa animal ganha espaço dentre os partidos políticos que se alinham com propostas mais conservadoras e de direita no cenário político brasileiro.

sobre a questão da defesa animal, é um indício de como o setor jurídico é compreendido como uma forma de ativismo por parte dos militantes dos direitos animais, além de demonstrar um crescimento de importância no tema no âmbito da opinião pública.

A Lei de Crimes Ambientais de 1998 é uma extensão da tentativa de se incluir a natureza no conjunto de leis elaboradas com o intuito de legislar sobre o social. Ainda que considerada já ultrapassada por alguns militantes, por conta de suas penas que caracterizam crimes contra o meio ambiente como crimes de menor potencial ofensivo⁷¹, essa foi a primeira lei brasileira a conter um artigo que trata⁷², especificamente, da questão dos maus tratos aos animais como crimes contra a natureza e com o estabelecimento de penas correspondentes. Há uma movimentação dos militantes dos direitos animais para a inclusão dos crimes de maus tratos no novo Código Penal Brasileiro. Apesar de não ser consensual, o aumento das penas aos que praticam maus tratos é visto como uma solução para inibir esses abusos.

3.2 GECAP, Ministério Público e a sociedade civil

O GECAP, grupo especial localizado no Ministério Público de São Paulo, é responsável por apurar e dar encaminhamento às denúncias referentes ao loteamento irregular e aos crimes ambientais na cidade. O GECAP não tem preceito sancionatório, pois ele é responsável por acionar os órgãos de fiscalização, encaminhando a denúncia para o arquivamento ou para o prosseguimento como processo. Apesar da atuação do grupo ser ampla, por sua definição, a maioria das denúncias a ele encaminhadas diz respeito a maus tratos. O Grupo atua em conjunto com as Promotorias de Justiça Criminais do Foro Central, do Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo da Capital, dependendo da natureza da denúncia apresentada.

O projeto original do GECAP objetivava a criação de uma promotoria exclusiva para crimes relacionados aos animais. O GECAP foi solicitado pela sociedade civil por meio de um abaixo assinado que circulou na internet entre os anos de 2009 e 2010. O Ministério Público recusou uma nova promotoria, mas sugeriu a criação de um grupo especial, pois já

⁷¹ MARCÃO, Renato. **Crimes ambientais** (Anotações e interpretação jurisprudencial da parte criminal da Lei n. 9.605, de 12-2-1998). São Paulo: Saraiva, 2013, p. 36: “(...) onde a pena máxima cominada não pode ser superior a dois anos”. Os crimes de menor potencial ofensivo costumam, normalmente, ter as penas revertidas em multas ou serviço comunitário.

⁷² Primeira lei, por consenso entre o judiciário, que menciona o termo “maus tratos” e estabelece penalidades específicas para cada situação. Conforme mencionado anteriormente, a validade do Decreto Federal Nº 24.645 de 10 de julho de 1934 é contestada por alguns juizes e advogados.

existia o Centro de Apoio Operacional Cível e de Tutela do Meio Ambiente e Urbanismo⁷³ para apurar denúncias referentes aos crimes ambientais no que concerne à flora e à utilização dos recursos naturais pela cidade.

As promotorias são divisões comuns existentes em todos os Ministérios Públicos do país. O processo para a criação de uma promotoria se dá através de proposta de lei e qualquer membro do legislativo pode propor a emenda. Há uma prática no Ministério Público de que a criação de uma promotoria precisa passar por processo de aprovação interno para assim demonstrar a necessidade da mesma, com base nos preceitos de defesa dos direitos difusos da sociedade civil.

No processo de criação do GECAP, a já existente CAO Urb solicitou a inclusão no escopo de sua atuação dos crimes de parcelamento urbano. A criação do grupo ocorreu efetivamente em 2011, com inscrições abertas no Diário Oficial para preenchimento do corpo de funcionários.

No início de suas atividades, denúncias diversas referentes ao país inteiro foram recebidas pelo GECAP. Dentre essas denúncias, eram comuns os encaminhamentos de imagens e vídeos virais que circulavam pelas redes sociais. Além disso, o Centro de Controle de Zoonoses e a Polícia Civil não sabiam como averiguar as denúncias e desconheciam o grupo especial. Para resolver essa questão, o GECAP promoveu um evento para orientação, direcionado aos membros da Guarda Civil Metropolitana, da Guarda Civil e da Polícia Militar. Em relação ao esclarecimento da sociedade civil, ocorreu ampla divulgação através de meios de comunicação como televisão e revistas.

No primeiro ano de seu funcionamento, o GECAP operou em conjunto com o Instituto de Criminalística Estadual e com a Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo. Hoje, os órgãos responsáveis por apurar as denúncias são a Delegacia do Meio Ambiente e o Centro de Zoonoses, exclusivamente. A Guarda Civil Metropolitana Ambiental continua responsável somente pelo patrimônio do município, como parques e outras áreas verdes, mas também pode encaminhar denúncias e fornecer dados às investigações instituídas pelo GECAP.

O Grupo possuía, no momento de consulta, um acervo de cerca de quatrocentos processos arquivados por indeferimento de representação referente ao período de 2011 a

⁷³ CAOUrb, cuja missão é: “Os Promotores de Justiça de urbanismo e meio ambiente têm como missão promover e defender os valores ambientais, urbanísticos, culturais e humanos que garantam um meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, contribuindo no processo de transformação social”. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente>, acesso em 14 de agosto de 2017.

2015, os quais foram consultados na presente pesquisa. A escolha por analisar somente os processos arquivados deu-se pela impossibilidade de acompanhar todos os processos fechados ou em tramitação. Cada processo é encaminhado para um fórum e somente pode ser acessado por sua numeração, as quais não foi possível o acesso durante o trabalho de campo. Além disso, processos de menor potencial ofensivo são arquivados somente por dois anos ou prontamente descartados. Alguns fóruns ainda não digitalizam os processos e esses registros se perdem. No entanto, os arquivos com indeferimento de representação foram considerados fontes de estudo pela sua quantidade e por apresentar descrições detalhadas de casos, as quais evidenciam aspectos discutidos no decorrer deste trabalho. Através desses documentos, foi possível traçar o perfil de denunciante e denunciado, assim como mapear as regiões da cidade com maior incidência desse tipo de denúncia. Pelo acesso a essas informações, foi possível, também, formular algumas hipóteses acerca de apuração da denúncia e o seu encaminhamento, de modo que ela se converta ou não em processo.

A morosidade processual é vista como um problema geral nas denúncias e nos processos encaminhados que tramitam em todo o Ministério Público. No entanto, a infração ambiental apresenta singularidades que dificultam ou tornam ainda mais demorada a sua averiguação, como a inexistência do flagrante⁷⁴ e a própria natureza do crime como de menor potencial ofensivo. A lentidão no encaminhamento da denúncia faz com que o animal morra⁷⁵ ou desapareça⁷⁶ antes que os órgãos responsáveis pela averiguação da denúncia cheguem ao local. Uma situação de maus tratos requer análise feita por biólogos e veterinários, assim como existem os médicos legistas nos casos pertinentes a seres humanos, e o Ministério Público não conta com médicos veterinários contratados. Não existem peritos criminais qualificados para produzir provas equivalentes às apresentadas em casos referentes à violência entre humanos, como necropsias, autópsias e laudos cadavéricos. Apesar do GECAP ter o apoio dos profissionais do CCZ, a delegação dessa atividade faz o processo demorar ainda mais. É comum, também, que os órgãos fiscalizadores cheguem aos locais de denúncia e recebam relatos dos proprietários sobre o furto de seus animais pelos militantes dos direitos

⁷⁴ A polícia militar não atende, comumente, pedidos para averiguação de flagrantes referentes a maus tratos, por não considerar esse tipo de denúncia “grave” ou por desconhecimento da atual legislação. Ainda que fotos ou vídeos possam ser apresentados como provas, a perícia nesse tipo de denúncia encontra muitos obstáculos em seu decurso.

⁷⁵ Os animais domésticos vivem menos tempos do que os homens. Se compararmos a averiguação de delitos de agressão entre humanos e animais e entre humanos e humanos, a demora no processo parece afetar significativamente os processos de maus tratos, levando ao indeferimento pela morte ou desaparecimento do animal. Ademais, os animais que sofrem maus tratos não são prontamente retirados da guarda de seus proprietários.

⁷⁶ Não existe um controle efetivo acerca da guarda dos animais em São Paulo. Apesar do RGA ser obrigatório na cidade, nem todos os animais são cadastrados junto à prefeitura.

animais, pois é muito comum o apelo para que o animal seja imediatamente retirado de seu tutor em razão da demora costumeira no andamento da denúncia e o consequente prolongamento da situação de maus tratos. Os proprietários registram a ação como furto e o desconhecimento do destino dado a esses animais impede a continuidade do processo.

Além disso, não há um entendimento comum a respeito das condições e dos atos que configuram maus tratos. Mediante a dificuldade em identificar uma situação de maus tratos que não seja explícita, ou seja, aquela em que o animal está seriamente ferido, o GECAP passou a exigir que a polícia civil e o CCZ respondessem a um questionário que, segundo a promotora responsável, que ajudou a elaborá-lo, caracteriza condições básicas para o diagnóstico de bem estar do animal em questão e identifica indícios que serão considerados para arquivamento ou não da denúncia. Esse questionário passou a ser implementado após alguns processos serem arquivados por nenhuma ou poucas informações nos relatórios da perícia. O questionário contém as seguintes perguntas:

1. O animal encontra-se sob a guarda do averiguado? Em caso negativo, indagar sobre o destino dado ao animal. Se foi doado a terceiros, obter o nome e endereço do adotante.
2. O animal possui RGA (Registro Geral Animal) e atestado de vacinação?
3. Recebe assistência veterinária? Em caso positivo, indicar CRMV do médico veterinário.
4. Quais as condições de saúde do animal?
5. O animal apresenta lesões? Em caso positivo, discorrer sobre as características e apontar as possíveis causas.
6. O animal possui água e alimento disponíveis? Em caso positivo, os vasilhames são adequados ao porte do animal? Apresentam-se higienizados?
7. Qual o alimento disponível para o animal?
8. O animal encontra-se em boas condições de saúde e higiene? Apresenta ectoparasitas, pulgas, carrapatos e outros?
9. O ambiente encontra-se higienizado?
10. De que espaço dispõe o animal?
11. Descrever o alojamento do animal, indicando se possui abrigo. Em caso positivo, mencionar o material que compõe o abrigo, se proporciona espaço suficiente para que o animal deite-se e se está ao abrigo do sol e da chuva, de forma a lhe garantir proteção eficaz contra as intempéries.
12. O animal encontra-se preso a corrente, corda ou aparato similar? Em caso positivo, mencione a metragem da corrente e esclareça se o laço do pescoço não está apertado e/ou causando ferimento.
13. O animal consegue manter-se suficientemente afastado dos próprios dejetos?
14. O animal tem livre acesso à via pública?
15. O animal é levado para se exercitar em passeios?
16. Por quantas horas permanece sozinho?
17. Quais as características do temperamento do animal (apresenta-se dócil, arreado, calmo, agressivo)?
18. O animal é confinado a área restrita ou tem acesso à residência?
19. O animal é mantido em isolamento ou tem contato com os moradores da residência?

O questionário fica normalmente sob responsabilidade do CCZ, pois algumas respostas necessitam do aval de um médico veterinário ou de um biólogo. Outras informações são preenchidas pela observação e diálogo com os proprietários do animal. Há muitos pontos que são questionados por alguns militantes dos direitos animais, como os animais mantidos acorrentados, independentemente do comprimento da corrente, o oferecimento de comida ao invés de ração industrial e a falta de assistência veterinária. As perícias tem a orientação de serem feitas com base nas condições sociais do proprietário, fato desconsiderado por muitos militantes. Alguns padrões de bem estar foram estabelecidos pelo GECAP, como a corrente ter ao menos 1,5m de comprimento, o tamanho do abrigo e dos vasilhames estarem de acordo com o porte e as “necessidades” do animal. Ainda assim essas “necessidades” são critérios subjetivos, variando de acordo com os atores sociais envolvidos na denúncia.

As perguntas 4, 5 e 8 podem ser respondidas somente por um profissional qualificado, como um biólogo ou um médico veterinário, pois necessitam de observação e diagnóstico especializados. As perguntas 1, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 17, 18 e 19 são respondidas pela observação do profissional responsável por conduzir a averiguação e não necessitam de um diagnóstico específico. Quando se obtém uma resposta negativa à questão número 1, dificilmente há informações sobre o destino dado aos animais e os respectivos processos são arquivados. As questões 2 e 3 são preenchidas mediante apresentação de documentação. A falta de assistência veterinária não configura, em si, um indício de maus tratos, de acordo com as avaliações feitas nas denúncias. Alguns processos consultados constataram a falta de assistência veterinária, mas esse fator não foi apontado como indício de maus tratos. Somente em caso do animal estar machucado ou doente é que pode configurar-se um delito por omissão de assistência. A ausência de RGA e atestado de vacinação configuram infração registrada pelo próprio CCZ, que orienta o proprietário em relação aos procedimentos necessários e retorna ao local para averiguação posterior. As perguntas 14, 15 e 16 só podem ser respondidas levando em conta o que o proprietário alega ou, se necessário, questionando vizinhos e outras possíveis testemunhas. No caso do animal ter acesso à via pública e demonstrar agressividade, o proprietário pode ser notificado pela ameaça à integridade física dos transeuntes, mas não por omissão. As condições físicas e de higiene do animal podem ser motivo de notificação do CCZ se esse órgão considerar que é uma ameaça às condições sanitárias dos seres humanos. Muitas denúncias relatam notificações ao proprietário pelas questões sanitárias ou pela constatação do uso de substâncias proibidas ou de uso restrito, pois há uma legislação detalhada e bem estabelecida sobre esses assuntos. Algumas questões mais

específicas sobre o bem estar do animal, como a prática de passeios e o acesso à via pública, não configuram um delito, apesar de haver uma resposta “certa” ou esperada nesses casos.

O questionário apresenta-se como o único documento capaz de fornecer informações mais específicas para a configuração ou não de maus tratos, ainda que alguns quesitos sejam subjetivos e dependam exclusivamente da perspectiva de quem realiza a perícia. Quando o questionário volta para o GECAP, ele pode ser aceito ou o órgão pode solicitar outra perícia.

Em algumas situações, um inquérito policial é instalado automaticamente. São elas: quando os órgãos fiscalizadores não conseguem ingressar no local da denúncia, normalmente por recusa do morador⁷⁷; quando é constatado o uso de substâncias ilegais, como o chumbinho⁷⁸; ou o exercício ilegal da profissão de médico veterinário. As denúncias que se convertem em processos e resultam em condenação normalmente obrigam o condenado a penas alternativas e à execução da pena em dinheiro. A execução da pena ainda não é uma etapa bem articulada do trabalho do GECAP. O ônus resultante das multas é aplicado, muitas vezes, em outras promotorias. Há um empenho em cadastrar Ongs e Entidades que se dedicam à questão do bem estar animal para receberem esse ônus.

O GECAP também conduz investigações em biotérios e estabelecimentos de veterinária e tosa. Além disso, o Grupo atua em conjunto com políticos que se identificam com a questão dos maus tratos para a aprovação de leis referentes ao tema. São exemplos de leis promulgadas após a criação do GECAP as leis estaduais Nº 16.308⁷⁹, que dispõe sobre a retirada da guarda do animal que sofreu maus tratos, e Nº 16.303⁸⁰, que dispõe sobre a criação da DEPA – Delegacia Eletrônica de Proteção Animal e que contará com atalhos nos portais eletrônicos da Polícia Civil e da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

O GECAP exerceu influência, ainda, para a proibição da caudectomia, corte de caudas dos cachorros com fins estéticos, pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária. Dentre as denúncias que resultaram em processo pela atuação do GECAP, podemos citar o caso da condenação de D. L. da S. a 12 anos de prisão pela execução de cerca de 37 animais, entre gatos e cachorros. O chamado “caso D.” é uma exceção no direito ambiental brasileiro, pois contou com provas como autópsias e laudos emitidos pela Medicina Veterinária da

⁷⁷ Nos arquivos consultados, foi identificada uma exceção em uma denúncia feita em bairro de alto padrão na qual a recusa em permitir a entrada da polícia civil não resultou em instauração de processo.

⁷⁸ Artigo 56 da Lei Federal de Crimes Ambientais.

⁷⁹ Lei de autoria do Deputado Orlando Morando (PSDB). Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16308-13.09.2016.html>>. Acesso em 02 de setembro de 2017.

⁸⁰ Lei de autoria de Deputado Feliciano Filho (PEN). Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16303-06.09.2016.html>>. Acesso em 02 de setembro de 2017.

Universidade de São Paulo A sentença foi dada considerando-se o valor intrínseco referente a cada animal executado⁸¹. A utilização da substância cetamina, permitida somente para veterinários, foi outro fator que contribuiu para o aumento de pena da ré.

Como o GECAP compõe o Ministério Público de São Paulo, há que se fazer breves comentários sobre a composição dessa instituição. Atualmente existem cento e vinte e quatro promotores no Ministério Público da Barra Funda, distribuídos em promotorias e Grupos Especiais referentes às áreas criminal, infância e juventude, meio ambiente, patrimônio público e corrupção, consumidor, saúde, educação, idosos e direitos humanos ou constitucionais. A Constituição de 1988 atribuiu ao Ministério Público a função de defesa da ordem jurídica através da salvaguarda do regime democrático pela promoção e defesa dos direitos difusos e coletivos da sociedade civil. As divisões das promotorias guiam-se por esses princípios e, conforme já mencionado, são as mesmas em todos os Ministérios Públicos do país. As três atribuições da instituição para cumprir suas responsabilidades são controle e fiscalização da polícia, supervisão das penas de prisão e defesa de interesses difusos e coletivos. As questões relativas a maus tratos encontram-se nessa terceira atribuição mencionada, de acordo com a concepção de natureza contida na Constituição de 1988.

O Ministério Público possui relativa autonomia em relação a sua dinâmica. Essa autonomia faz com que, muitas vezes, os promotores escolham quais são as suas prioridades, afastando-se de suas atribuições primárias ou as exercendo de acordo com suas subjetividades e seus interesses. Uma pesquisa⁸² realizada nos Ministérios Públicos pelo país concluiu que a composição desse órgão é majoritariamente de homens brancos oriundos de famílias com acesso ao ensino superior. Segundo o estudo, cerca de 77% dos membros do Ministério Público se consideram da raça branca e 20% da raça parda, em comparação com 51% de raça branca e 40% de raça parda na população brasileira, sendo que os homens são cerca de 70% da instituição. Em comparação com os dados da população brasileira, pode-se inferir acerca do perfil da mencionada instituição.

⁸¹ O direito ambiental diz que a sentença máxima é dois anos ou multa por maus tratos. O envolvimento pessoal do professor universitário Paulo Cesar Maiorka, assim como a interpretação inédita da juíza Patrícia Cruz acerca do caso contribuíram para que o caso fosse exceção.

⁸² LEMGRUBER, Julita, RIBEIRO, Ludmila, MUSUMECI, Leonarda, DUARTE, Thais. **Ministério Público: Guardião da Democracia Brasileira?** Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC) e Universidade Candido Mendes, 2016.

4. As denúncias

4.1 Os silêncios da lei e a manutenção do status quo

Hulsman (2004) define como “criminalidade oculta” a parcela de denúncias remetidas às delegacias que não se convertem em processos para serem julgadas no tribunal. Segundo o autor, a “criminalidade oculta” pode revelar quais são as parcelas mais vigiadas de uma sociedade⁸³, assim como a natureza dos conflitos que ela apresenta⁸⁴. Os dados estatísticos referentes aos casos julgados no tribunal não seriam suficientes para identificar atos de natureza considerada criminosos. Considerando a importância da “criminalidade oculta” justifica-se, assim, a opção deste trabalho em analisar o acervo de processos indeferidos do GECAP.

As leis são tidas como um mecanismo para impedir o uso arbitrário da força e da violência e manter o controle pelo Estado. Essa violência temida é tida aqui como “fatos e ações humanas que se opõem, questionam ou perturbam a paz ou a ordem social reconhecida como legítima”⁸⁵ e o crime caracteriza-se como a “violência codificada nas leis penais”⁸⁶. Há que se compreender que a ordem social reconhecida como legítima é imposta pelas camadas dominantes como um padrão de comportamentos a serem seguidos. Qualquer perturbação seria, portanto, compreendida como uma afronta à soberania dessas classes. As leis codificam, pois, as penas àqueles que, de alguma forma, representam uma ameaça à ordem estabelecida.

O estabelecimento de pena apresenta-se como mais uma forma de exclusão social e manutenção das desigualdades. Existem estudos na área de justiça restaurativa e do abolicionismo penal⁸⁷ que analisam o código penal e propõem a substituição de penas por outras dinâmicas que foquem a restauração do cidadão e sua plena inclusão na sociedade. É sabido que a maior parte da população carcerária no Brasil pertence às camadas mais pobres da população, fato que pode alimentar a associação que se faz entre pobreza e criminalidade.

⁸³ HULSMAN, Louk. Alternativas à Justiça Criminal. In: **Curso livre de abolicionismo penal**. Rio de Janeiro: Revan, p. 43: “Aqueles que são oficialmente rotulados como ‘criminosos’ constituem apenas uma pequena parte dos que estão implicados em fatos que legalmente permitem a criminalização, a grande maioria se constituindo de homens jovens provenientes dos setores mais desfavorecidos da população”.

⁸⁴ Por ser um autor que defende o abolicionismo penal, Hulsman infere que a criminalidade oculta pode indicar, também, possibilidades de resolução dos conflitos sem recorrer à prisão.

⁸⁵ ADORNO, Sérgio. “Violência e crime: sob o domínio do medo na sociedade brasileira”. In: BOTELHO, A. e SCHWARCZ, L. M. **A agenda brasileira**. Temas de uma sociedade em mudança. São Paulo, Companhia das Letras, p. 554-565, 2011, p. 556.

⁸⁶ ADORNO, Sérgio. *Opcit*, p. 556.

⁸⁷ PALLAMOLLA (2009), NETTO (2008), PASSETTI (2012) e CORDEIRO (2014).

As prisões e o sistema penal apresentam-se como um perpetuador das injustiças sociais. O próprio funcionamento da máquina judiciária, assim como seus integrantes,⁸⁸ servem aos interesses de uma determinada parcela da sociedade brasileira⁸⁹. Existe uma visão romantizada do judiciário, principalmente na área do Direito Ambiental, tido como o único poder capaz de fazer “justiça”⁹⁰. Cabe o questionamento de qual “justiça” é essa que é feita. A lei, apesar de insistir em um discurso contrário, contém mecanismos para manter boa parte da população ignorante acerca dela; segundo Foucault:

(...) a linguagem da lei que se pretende universal é, por isso mesmo, inadequada; ela deve ser, se é para ser eficaz, o discurso de uma classe a outra, que não tem nem as mesmas ideias que ela, nem as mesmas palavras (...) A lei e a justiça não hesitam em proclamar sua necessária dissimetria de classe (FOUCAULT, 1987. 229:230).

Como o crime ambiental é um crime de menor potencial ofensivo, ou seja, com penas consideradas baixas (de três meses a um ano de prisão ou multa), há um intenso movimento entre os militantes dos direitos animais para inclusão do crime de maus tratos no novo Código Penal. Ora, imputar penas maiores àqueles que cometem crimes de maus tratos poderia agravar ainda mais a situação das prisões brasileiras, já lotadas e que mantêm os presos em condições precárias. O aumento da pena não diminuiria o número de casos de maus tratos. Pelo contrário, a prisão de uma pessoa por maus tratos pode levar ao aumento da criminalidade e à reincidência tendo em vista a própria dinâmica do sistema carcerário:

As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou, ainda pior, aumenta. (...) A detenção provoca a reincidência. (FOUCAULT, 1987:221.)

A pena configura-se como uma manifestação de poder por parte das classes dominantes⁹¹. Com a elaboração de gráficos e tabelas relacionando a renda média dos

⁸⁸ Como já apontado no referido estudo de LEMGRUBER, RIBEIRO, MUSUMECI e DUARTE (2016).

⁸⁹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1987, p. 227: “E se podemos falar de uma justiça não é só porque a própria lei ou a maneira de aplicá-la servem aos interesses de uma classe, é porque toda a gestão diferencial das ilegalidades por intermédio da penalidade faz parte desses mecanismos de dominação”.

⁹⁰ “(...) o Judiciário pode ser um poderoso agente no processo de mudança social, uma vez que ele não apenas tem o poder, mas o dever de agir quando o Legislativo se recusa a fazê-lo, sendo, muitas vezes, o único poder capaz de corrigir as injustiças sociais quando os demais poderes estão comprometidos politicamente ou presos aos interesses dos grandes grupos econômicos” (PAYNE Apud Gordilho, 2010:37).

⁹¹ KARAM, Maria Lúcia. Utopia transformadora e abolição do sistema penal. In: **Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva**. Org: Edson Passetti, Roberto Baptista Dias da Silva. São Paulo: IBCCrim, 1997, p. 67: “A pena só se explica – e só pode se explicar – em sua função simbólica de manifestação de poder e em sua finalidade não explicitada de manutenção e reprodução deste poder”

moradores da cidade de São Paulo citados nos processos com os índices de verticalização das regiões, pretendeu-se verificar a hipótese de que o direito ambiental reproduz uma lógica de criminalização das camadas mais vulneráveis da sociedade, além de ser utilizado para expulsão daqueles que são considerados inadequados em determinados espaços da cidade.

4.2 Classes perigosas, classes vigiadas⁹²

Na cidade de São Paulo, as regiões de periferia compõem-se, principalmente, de casas térreas e prédios simples construídos pela COHAB ou CDHU⁹³. Essas regiões são habitadas por pessoas de classes sociais baixas, chamadas de D e E, e a nova classe C – ou novo proletariado –, um novo tipo de classe média surgido nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores (SINGER, 2015). Os espaços da classe média tradicional, classe B, compõe-se, majoritariamente de regiões com infraestrutura, como acesso fácil ao transporte, próximos ao centro da cidade e com predominância de apartamentos com acesso restrito. Os espaços reservados às classe mais altas compõem-se de casas e de apartamentos em condomínios fechados aos quais o acesso é, também, controlado. A classe C habita as mais variadas regiões da cidade, com maior concentração em bairros de periferia.

De acordo com Singer (2012), Souza e Lamounier (2010) e Neri (2010), a divisão contemporânea em classes sociais deve considerar o acesso ao consumo, à saúde e à educação privadas e ensino superior. O novo proletariado, classe C ou classe emergente, compõe-se de famílias que atingiram um certo nível de consumo, têm acesso ao ensino superior, mas sua situação econômica permanece vulnerável, ou seja, dependente da manutenção do emprego ou de rendimentos de pequenos negócios. Distingue-se da classe média tradicional por não desfrutar de condição econômica garantida pelas gerações anteriores⁹⁴ através da posse de bens duráveis, como habitação própria. Segundo Souza e Lamounier, o acesso à educação era a forma de acesso à classe média, mas com as mudanças no acesso ao ensino superior nos últimos anos isso mudou. O novo proletariado ou classe C tem uma renda nos moldes da

⁹² Termo empregado por Chalhoub (1996) para retratar a perseguição às classes mais baixas no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX até meados do século XX.

⁹³ A COHAB (Companhia Metropolitana de Habitação) e a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) são responsáveis pelo planejamento e pela construção de moradia popular em âmbito municipal e estadual, respectivamente.

⁹⁴ SOUZA, Amaury. **A classe média: ambições, valores e projetos de sociedade**/Amaury Souza, Bolívar Lamounier. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: CNI, 2010, p. 25: “Os grupos de discussão diferenciam a classe média tradicional, já estabelecida, da nova classe emergente. A primeira realizou suas conquistas no passado e hoje tem seus ganhos estabilizados. A geração anterior já nasceu na classe média, possui casa própria, colocou os filhos em escolas privadas, fez poupança e investimentos e conta com ampla rede de relações a que pode recorrer em caso de necessidade”.

classe média tradicional e acesso ao ensino superior, mas não tem a condição financeira garantida pela ascendência familiar e não possui bens duráveis, como casa própria:

Tradicionalmente, no Brasil, a educação tem sido chave para a criação de chances de acesso à classe média. Até as primeiras décadas do século XX, o ensino de segundo grau já era suficiente para engendrar tais oportunidades. Mas a educação vem sendo erodida como marca de classe. A vantagem relativa de que gozava a classe média alta vem perdendo espaço em virtude da crescente demanda por educação, estimulada por retornos mais altos de renda. Se, no passado, um diploma de nível médio era garantia de um bom emprego, hoje exige-se o curso superior. Com efeito, a ascensão da nova classe média está associada à queda da disparidade educacional e indicador menos preciso de posição social. (SOUZA, LAMOUNIER, 2010:14).

Consideradas a multiplicidade da ocupação e dos usos do espaço na cidade, assim como a pluralidade de definições do termo “periferia, as denúncias relativas a maus tratos aos animais na cidade de São Paulo concentram-se, majoritariamente, nos espaços com maior concentração das classes C (ou novo proletariado) e baixa, com 47,47% dos casos. Conforme a lógica de utilização do direito para vigilância das classes consideradas perigosas, a concentração de denúncias nessas duas classes mostram que, mesmo que a classe C tenha atingido um padrão de consumo semelhante aos de classes mais altas, ainda é vista como uma classe digna de vigilância.

Seguem-se casos ocorridos em espaços tradicionalmente de classe média, com 11,62%, aqueles que não podem ser identificados pelo processo por falta de informações, com 11,11%, aqueles em estabelecimentos comerciais cujo pertencimento a uma classe social específica não pode ser definido, com 10,61%, aqueles relatados em mídias ou redes sociais com a característica de não ocorrerem em um espaço físico e carecerem de informações básicas⁹⁵, com 6,06%. Denúncias em espaços tradicionalmente de classe média, média alta e classe alta concentram cerca de 17,66%, e as que ocorrem em espaços públicos, como logradouros e contra moradores de rua, correspondem a 3,55%. Somente uma denúncia refere-se à aldeia indígena do Jaraguá.

As informações contidas nas denúncias fazem menção ao bairro no qual o delito ocorreu. No entanto, para cruzar os dados sobre renda e verticalização na cidade de São Paulo, disponibilizados pela prefeitura nos sítios Infocidade e Geosampa⁹⁶, com os dados

⁹⁵ As denúncias em redes sociais, também chamadas de “correntes”, não possuem informações suficientes para instauração de uma perícia e são caracterizadas pelo anonimato e desconhecimento de sua origem. As denúncias em redes sociais que chegaram ao GECAP foram encaminhadas por e-mail.

⁹⁶ Infocidade e Geosampa concentram dados que são organizados, verificados e disponibilizados pela prefeitura da cidade com base em dados administrativos da Fundação Seade, dos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação, da Saúde e nos Censos realizados pelo IBGE. Os dois concentram informações, organizadas pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, relativas à ocupação do espaço na cidade. O

obtidos em campo, foi necessário agrupar as denúncias por Subprefeitura⁹⁷: Aricanduva/Vila Formosa, Butantã, Campo Limpo, Capela do Socorro, Casa Verde/Cachoeirinha, Cidade Ademar, Cidade Tiradentes, Freguesia do Ó/Brasilândia, Guaianases, Ipiranga, Itaim Paulista, Itaquera, Jabaquara, Jaçanã/Tremembé, Lapa, Mooca, Penha, Perus, Pinheiros, Pirituba/Jaraguá, Santana/Tucuruvi, Santo Amaro, São Mateus, São Miguel, Sé, Vila Maria/Vila Guilherme, Parelheiros, M'Boi Mirim, Ermelino Matarazzo, Vila Mariana e Vila Prudente/Sapopemba. O presente estudo apresenta os dados referentes às denúncias no período de 2011 a 2015 e considerou a divisão distrital vigente em São Paulo até o ano de 2015, com 31 Subprefeituras⁹⁸.

Infocidade pode ser acessado em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>, acesso em 07 de março de 2018. O Geosampa pode ser acessado em: http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx, acesso em 07 de março de 2018.

⁹⁷ O prefeito de São Paulo mudou em 2017 a nomenclatura das administrações regionais da cidade de Subprefeituras para Prefeituras Regionais. O presente estudou optou por manter a nomenclatura em voga até o fim do estudo de campo.

⁹⁸ Em 2015 foi criada a Subprefeitura de Sapopemba, com parte do território administrado pela Subprefeitura de Vila Prudente.

Mapa 1 – Divisão da cidade de São Paulo em Subprefeituras

Fonte: Geosampa/Prefeitura de São Paulo. Mapa adaptado.

Conforme podemos observar no Gráfico 4, as Subprefeituras que concentram o maior número de denúncias são: São Mateus (6,21%), Penha (6,21%) e Butantã (5,59%), seguidas de Pirituba/Brasilândia, Vila Prudente/Sapopemba, Santana/Tucuruvi e Pinheiros com

(4,97%). As Subprefeituras de Cidade Tiradentes e Perus não constaram em denúncias no período analisado.

A maior presença de Subprefeituras localizadas em regiões afastadas do centro da cidade, assim como o expressivo número de denúncias em bairros centrais e de alta renda, como Sé (3,73%), Vila Mariana (4,35%) e Pinheiros (4,97%) e a inexistência de denúncias em bairros no extremo da periferia da cidade, como Cidade Tiradentes e Perus, podem indicar a presença ou total ausência do poder público na forma de controle ou suporte com infraestrutura. Ou seja, em casos de denúncias havidas em espaços da classe média e classe alta, o poder judicial apresenta-se como um suporte, ao passo que em casos de denúncias ocorridas em espaços de classe C ou baixa o poder judicial apresenta-se como forma de controle e criminalização.

Como o crime de maus tratos ocorre no espaço privado dos domicílios, a lógica segundo a qual os ambientes privados horizontais podem ser mais facilmente acessados, donde o maior número de denúncias é válida para os distritos com alto índice de verticalização. Nesses distritos, as denúncias acontecem nos espaços que constituem exceção como casas mais humildes, estabelecimentos comerciais e imóveis à venda ou para alugar. As poucas denúncias referentes à condomínios e imóveis de alto padrão normalmente mencionam o acesso ao privado através de varandas ou ruídos ouvidos.

De acordo com o Gráfico 3, apresenta-se aqui o primeiro empecilho para a confirmação da hipótese de inicial. Em uma comparação entre número de processos por milhão de habitantes, os dados consultados não são suficientes para fazer ingerências acerca das relações sociais na cidade.

Gráfico 3 –Processos por Subprefeitura na cidade de São Paulo por milhão de habitantes (2011 – 2015)

Gráfico 4 –Processos por Subprefeitura na cidade de São Paulo (2011 – 2015)

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Para contemplar a diversidade de renda e tipos de domicílios⁹⁹ existentes nos distritos da cidade, nos quais podem coexistir condomínios de alto padrão e favelas¹⁰⁰, apresentamos

⁹⁹ De acordo com o IBGE, “Domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal”. Disponível em: <<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php?sub=notas&cat=9>>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

as possibilidades de renda máxima, média e mínima em cada Subprefeitura. De acordo com a divisão de classes apresentada por Neri (2010), pode-se definir, pela renda domiciliar mensal de todos os contribuintes em um domicílio, a classe econômica à qual pertence. Com isso, utilizando os dados retirados do Censo de 2010¹⁰¹, é possível determinar quais classes econômicas cada Subprefeitura da cidade de São Paulo pode abrigar. A renda domiciliar de cada Subprefeitura foi calculada de três formas: Renda Mínima, na qual foi estimado o menor valor possível de cada faixa de renda; Renda Máxima, na qual foi estimando o maior valor possível de cada faixa de renda; e a Renda Média, na qual é feita a média de cada Subprefeitura a partir da Renda Mínima e Renda Máxima.

Com a quantidade de domicílios e as suas faixas de renda, por salário mínimo¹⁰², distribuídos por Subprefeitura, foi estimado o menor valor possível para cada faixa de renda declarada: até meio salário mínimo – R\$ 1,00¹⁰³; de meio a um salário mínimo – R\$ 205,00; de um a dois salários mínimos – R\$ 510,00; de dois a cinco salários mínimos – R\$ 1.020,00; de cinco a dez salários mínimos – R\$ 2.550,00; de dez a vinte salários mínimos – R\$ 5.100,00; mais de vinte salários mínimos – R\$ 10.200,00.

Após os cálculos de renda por faixa de salário mínimo, foi feita a soma das rendas e dividida pelo total das residências de cada Subprefeitura, a fim de obter a média de renda domiciliar em cada distrito, conforme pode ser visto na Tabela 3.

¹⁰⁰ Adotamos aqui o conceito de favela utilizado pelo site Infocidade da Prefeitura de São Paulo, o qual assim a define “Conforme o IBGE no Censo Demográfico-2000, favela e setores assemelhados são considerados do tipo ‘setor especial de aglomerado subnormal’, definido como aglomerado de, no mínimo, 51 unidades habitacionais em terreno alheio, dispostas, em geral, de forma desordenada, e carentes da maioria dos serviços essenciais. Já o Sistema Municipal de Habitação adotou outra conceituação em 1972, utilizada também em 1987 no Censo de Favelas e pela pesquisa contratada à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) em 1993, ambos levantamentos a cargo da Superintendência de Habitação Popular da Secretaria de Habitação (Habi/Sehab). Favelas foram então definidas como ‘aglomerados de moradias de reduzidas dimensões, construídas com materiais inadequados (madeira velha, zinco, latas e até papelão) distribuídos irregularmente em terrenos quase sempre desprovidos de serviços e de equipamentos urbanos e sociais, compondo um complexo de ordem social, econômica, sanitária, educacional e urbanística’; e núcleos foram definidos como aglomerados com até dez domicílios. Posteriormente, desde que a Sehab passou a trabalhar com indicadores para diagnosticar e intervir em áreas de ocupação precária, essa conceituação tem exigido uma revisão de critérios”. Disponível em: <<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php?sub=notas&cat=9>>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

¹⁰¹ IBGE – DOMICÍLIOS POR FAIXA DE RENDIMENTO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. Disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/13_domicilios_por_faixa_de_rendimento_em_sa_2010_233.html>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

¹⁰² Foi considerado o valor de R\$ 510,00, correspondente ao salário mínimo no ano de 2010, mesmo ano do Censo que forneceu os dados para o presente estudo.

¹⁰³ Considerando o menor valor possível.

Tabela 3 – Renda domiciliar mínima simplificada

DISTRITOS	RENDA DOMICILIAR
Aricanduva/Formosa/Carrão	R\$ 1 801.24
Butantã	R\$ 2 675.78
Campo Limpo	R\$ 1 253.35
Capela do Socorro	R\$ 780.22
Casa Verde/Cachoeirinha	R\$ 1 441.04
Cidade Ademar	R\$ 793.47
Cidade Tiradentes	R\$ 347.53
Ermelino Matarazzo	R\$ 1 048.20
Freguesia/Brasilândia	R\$ 967.66
Guaianases	R\$ 456.63
Ipiranga	R\$ 1 927.27
Itaim Paulista	R\$ 500.86
Itaquera	R\$ 900.61
Jabaquara	R\$ 2 042.11
Jaçanã/Tremembé	R\$ 1 114.56
Lapa	R\$ 3 813.12
M'Boi Mirim	R\$ 554.75
Mooca	R\$ 2 671.23
Parelheiros	R\$ 385.17
Penha	R\$ 1 348.93
Perus	R\$ 568.77
Pinheiros	R\$ 4 919.67
Pirituba	R\$ 1 224.58
Santana/Tucuruvi	R\$ 2 614.78
Santo Amaro	R\$ 3 895.30
São Mateus	R\$ 605.75
São Miguel	R\$ 624.54
Sé	R\$ 2 722.49
Vila Maria/Vila Guilherme	R\$ 1 310.31
Vila Mariana	R\$ 4 679.25
Vila Prudente/Sapopemba	R\$ 1 124.29

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Com a quantidade de domicílios e as suas faixas de renda, por salário mínimo, distribuídos por Subprefeitura, foi estimado o maior valor possível para cada faixa de renda declarada: até meio salário mínimo – R\$ 205,00; de meio a um salário mínimo – R\$ 510,00; de um a dois salários mínimos – R\$ 1020,00; de dois a cinco salários mínimos – R\$ 2550,00; de cinco a dez salários mínimos – R\$ 5100,00; de dez a vinte salários mínimos – R\$ 10200,00; mais de vinte salários mínimos – R\$ 10710,00. Após os cálculos de renda por faixa de salário mínimo, foi feita a soma das rendas e dividido pelo total das residências de cada Subprefeitura, a fim de obter a média de renda domiciliar em cada distrito, conforme pode ser visto na Tabela 4.

Tabela 4 – Renda domiciliar máxima simplificada

DISTRITOS	RENDA DOMICILIAR
Aricanduva/Formosa/Carrão	R\$ 3 127.75
Butantã	R\$ 4 131.01
Campo Limpo	R\$ 2 052.40
Capela do Socorro	R\$ 1 472.02
Casa Verde/Cachoeirinha	R\$ 2 609.89
Cidade Ademar	R\$ 1 478.44
Cidade Tiradentes	R\$ 702.23
Ermelino Matarazzo	R\$ 1 990.38
Freguesia/Brasilândia	R\$ 1 813.11
Guaianases	R\$ 890.52
Ipiranga	R\$ 3 286.10
Itaim Paulista	R\$ 989.95
Itaquera	R\$ 1 734.94
Jabaquara	R\$ 3 444.04
Jaçanã/Tremembé	R\$ 2 008.94
Lapa	R\$ 5 693.25
M'Boi Mirim	R\$ 1 082.03
Mooca	R\$ 4 409.26
Parelheiros	R\$ 759.20
Penha	R\$ 2 512.16
Perus	R\$ 1 112.04
Pinheiros	R\$ 6 875.46
Pirituba	R\$ 2 239.44
Santana/Tucuruvi	R\$ 4 350.16
Santo Amaro	R\$ 5 760.30
São Mateus	R\$ 1 189.80
São Miguel	R\$ 1 213.44
Sé	R\$ 4 380.31
Vila Maria/Vila Guilherme	R\$ 2 379.27
Vila Mariana	R\$ 6 691.62
Vila Prudente/Sapopemba	R\$ 2 085.55

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Com os valores de renda máxima e renda mínima, foi feita a média de cada Subprefeitura para se obter uma terceira classificação de classes econômicas, como pode ser visto na Tabela 5.

Tabela 5 – Renda domiciliar média

DISTRITOS	RENDA MÍNIMA	RENDA MÁXIMA	RENDA MÉDIA
Aricanduva/Formosa/Carrão	R\$ 1 801.24	R\$ 3 127.75	R\$ 2 464.49
Butantã	R\$ 2 675.78	R\$ 4 131.01	R\$ 3 403.39
Campo Limpo	R\$ 1 253.35	R\$ 2 052.40	R\$ 1 652.87
Capela do Socorro	R\$ 780.22	R\$ 1 472.02	R\$ 1 126.12
Casa Verde/Cachoeirinha	R\$ 1 441.04	R\$ 2 609.89	R\$ 2 025.46
Cidade Ademar	R\$ 793.47	R\$ 1 478.44	R\$ 1 135.96
Cidade Tiradentes	R\$ 347.53	R\$ 702.23	R\$ 524.88
Ermelino Matarazzo	R\$ 1 048.20	R\$ 1 990.38	R\$ 1 519.29
Freguesia/Brasilândia	R\$ 967.66	R\$ 1 813.11	R\$ 1 390.38
Guaianases	R\$ 456.63	R\$ 890.52	R\$ 673.57
Ipiranga	R\$ 1 927.27	R\$ 3 286.10	R\$ 2 606.69
Itaim Paulista	R\$ 500.86	R\$ 989.95	R\$ 745.41
Itaquera	R\$ 900.61	R\$ 1 734.94	R\$ 1 317.78
Jabaquara	R\$ 2 042.11	R\$ 3 444.04	R\$ 2 743.07
Jaçanã/Tremembé	R\$ 1 114.56	R\$ 2 008.94	R\$ 1 561.75
Lapa	R\$ 3 813.12	R\$ 5 693.25	R\$ 4 753.18
M'Boi Mirim	R\$ 554.75	R\$ 1 082.03	R\$ 818.39
Mooca	R\$ 2 671.23	R\$ 4 409.26	R\$ 3 540.25
Parelheiros	R\$ 385.17	R\$ 759.20	R\$ 572.18
Penha	R\$ 1 348.93	R\$ 2 512.16	R\$ 1 930.55
Perus	R\$ 568.77	R\$ 1 112.04	R\$ 840.40
Pinheiros	R\$ 4 919.67	R\$ 6 875.46	R\$ 5 897.56
Pirituba	R\$ 1 224.58	R\$ 2 239.44	R\$ 1 732.01
Santana/Tucuruvi	R\$ 2 614.78	R\$ 4 350.16	R\$ 3 482.47
Santo Amaro	R\$ 3 895.30	R\$ 5 760.30	R\$ 4 827.80
São Mateus	R\$ 605.75	R\$ 1 189.80	R\$ 897.78
São Miguel	R\$ 624.54	R\$ 1 213.44	R\$ 918.99
Sé	R\$ 2 722.49	R\$ 4 380.31	R\$ 3 551.40
Vila Maria/Vila Guilherme	R\$ 1 310.31	R\$ 2 379.27	R\$ 1 844.79
Vila Mariana	R\$ 4 679.25	R\$ 6 691.62	R\$ 5 685.43
Vila Prudente/Sapopemba	R\$ 1 124.29	R\$ 2 085.55	R\$ 1 604.92

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Com base nas tabelas, foram criados gráficos de Renda Domiciliar Mínima (Gráfico 5), Renda Domiciliar Máxima (Gráfico 6) e Renda Domiciliar Média (Gráfico 7), com as Subprefeituras em ordem crescente de Renda Domiciliar.

Gráfico 5 – Renda domiciliar mínima por Subprefeitura

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Gráfico 6 – Renda domiciliar máxima por Subprefeitura

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Gráfico 7 – Renda domiciliar média por Subprefeitura

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Com o levantamento de dados feito anteriormente, pode-se organizar o número de processos de cada Subprefeitura por classe econômica utilizando como base a renda média de cada região.

Tabela 6 – Processos abertos por Subprefeitura da cidade de São Paulo – renda média

REGIÃO	FREQUÊNCIA RELATIVA	PORCENTAGEM
Cidade Tiradentes	0.0000	0.00%
Perus	0.0000	0.00%
Guaianases	0.0062	0.62%
Itaim Paulista	0.0062	0.62%
Parelheiros	0.0124	1.24%
M'Boi Mirim	0.0124	1.24%
Ermelino Matarazzo	0.0124	1.24%
Casa Verde/Cachoeirinha	0.0186	1.86%
Jabaquara	0.0186	1.86%
Jaçanã/Tremembé	0.0248	2.48%
Vila Maria/Vila Guilherme	0.0248	2.48%
Cidade Ademar	0.0311	3.11%
Ipiranga	0.0311	3.11%
Pirituba	0.0311	3.11%
São Miguel	0.0373	3.73%
Aricanduva/Vila Formosa	0.0373	3.73%
Campo Limpo	0.0373	3.73%
Capela do Socorro	0.0373	3.73%
Itaquera	0.0373	3.73%
Mooca	0.0373	3.73%
Sé	0.0373	3.73%
Lapa	0.0435	4.35%
Santo Amaro	0.0435	4.35%
Vila Mariana	0.0435	4.35%
Freguesia/Brasilândia	0.0497	4.97%
Santana/Tucuruvi	0.0497	4.97%
Vila Prudente/Sapopemba	0.0497	4.97%
Pinheiros	0.0497	4.97%
Butantã	0.0559	5.59%
São Mateus	0.0621	6.21%
Penha	0.0621	6.21%

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Gráfico 8 – Processos abertos por Subprefeitura da cidade de São Paulo – renda média

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Além das tabelas por Subprefeituras, foram calculados e elaborados outros gráficos e tabelas referentes aos processos abertos por renda domiciliar utilizando a porcentagem de processos abertos e a renda domiciliar média de cada Subprefeitura.

Tabela 7 – Processos abertos por renda domiciliar – renda domiciliar média

REGIÃO	PORCENTAGEM	RENDA MÉDIA
Cidade Tiradentes	0.00%	R\$ 524.88
Parelheiros	1.24%	R\$ 572.18
Guaianases	0.62%	R\$ 673.57
Itaim Paulista	0.62%	R\$ 745.41
M'Boi Mirim	1.24%	R\$ 818.39
Perus	0.00%	R\$ 840.40
São Mateus	6.21%	R\$ 897.78
São Miguel	3.73%	R\$ 918.99
Capela do Socorro	3.73%	R\$ 1 126.12
Cidade Ademar	3.11%	R\$ 1 135.96
Itaquera	3.73%	R\$ 1 317.78
Freguesia/Brasilândia	4.97%	R\$ 1 390.38
Ermelino Matarazzo	1.24%	R\$ 1 519.29
Jaçanã/Tremembé	2.48%	R\$ 1 561.75
Vila Prudente/Sapopemba	4.97%	R\$ 1 604.92
Campo Limpo	3.73%	R\$ 1 652.87
Pirituba	3.11%	R\$ 1 732.01
Vila Maria/Vila Guilherme	2.48%	R\$ 1 844.79
Penha	6.21%	R\$ 1 930.55
Casa Verde/Cachoeirinha	1.86%	R\$ 2 025.46
Aricanduva/Vila Formosa	3.73%	R\$ 2 464.49
Ipiranga	3.11%	R\$ 2 606.69
Jabaquara	1.86%	R\$ 2 743.07
Butantã	5.59%	R\$ 3 403.39
Santana/Tucuruvi	4.97%	R\$ 3 482.47
Mooca	3.73%	R\$ 3 540.25
Sé	3.73%	R\$ 3 551.40
Lapa	4.35%	R\$ 4 753.18
Santo Amaro	4.35%	R\$ 4 827.80
Vila Mariana	4.35%	R\$ 5 685.43
Pinheiros	4.97%	R\$ 5 897.56

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora

Intentou-se estabelecer uma relação entre um maior número de denúncias e espaços que concentram rendas médias mais baixas na cidade de São Paulo. No entanto, o que foi possível verificar foi a distribuição de denúncias por espaços diversos da cidade, considerando

as rendas e formas de ocupação variadas. Além disso, o baixo número de denúncias arquivadas no acervo do Gecap não permite fazer uma inferência segura sobre a ligação entre espaço, ocupação e renda em termos de população total na cidade. A relação entre maior número de denúncias e baixa renda média não pode ser comprovada por esse estudo, portanto, pois como se observa nos gráficos apresentados, as Subprefeituras da cidade contemplam rendas diversas e o maior número de denúncias não ocorreu em espaços considerados mais pobres, de acordo com a renda média.

Outra variável que se relaciona aos processos abertos é a própria verticalização da cidade de São Paulo. Para se obter a análise de dados, foram retirados dados da prefeitura de São Paulo em relação às tipologias de cada Subprefeitura¹⁰⁴.

Portanto, foram criados tabelas e gráficos denominados “verticalização relativa à Subprefeitura”, associando a porcentagem de apartamentos em relação ao total de domicílios de cada Subprefeitura, e “verticalização da cidade de São Paulo por Subprefeitura”, associando a porcentagem de apartamentos de cada Subprefeitura em relação ao total de apartamentos da cidade de São Paulo. As tabelas e gráficos são organizados por renda domiciliar mínima, máxima e média.

¹⁰⁴ IBGE - DOMICÍLIOS SEGUNDO TIPOLOGIAS RESIDENCIAIS. Disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipologias_residencia_2010_455.html>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

Tabela 8 – Verticalização relativa à Subprefeitura – renda domiciliar mínima

REGIÃO	TOTAL DE DOMICÍLIOS	APARTAMENTOS	PORCENTAGEM
Parelheiros	39,428	0	0.00%
Perus	42,258	1,890	4.47%
Capela do Socorro	173,180	10,630	6.14%
São Mateus	123,481	7,659	6.20%
Cidade Ademar	122,928	8,313	6.76%
Jaçanã/Tremembé	84,884	5,780	6.81%
Ermelino Matarazzo	62,774	4,277	6.81%
M'Boi Mirim	169,448	12,158	7.18%
São Miguel	107,814	7,834	7.27%
Guaianases	77,187	7,395	9.58%
Freguesia/ Brasilândia	122,088	12,791	10.48%
Itaim Paulista	107,843	12,824	11.89%
Vila Maria/ Vila Guilherme	92,860	12,549	13.51%
Vila Prudente/ Sapopemba	165,196	28,777	17.42%
Aricanduva/Formosa/ Carrão	85,068	16,069	18.89%
Casa Verde/Cachoeirinha	94,609	19,014	20.10%
Penha	150,409	31,018	20.62%
Pirituba	133,180	27,707	20.80%
Campo Limpo	185,742	39,587	21.31%
Itaquera	155,664	35,246	22.64%
Jabaquara	73,313	21,433	29.24%
Butantã	135,749	43,761	32.24%
Ipiranga	151,469	51,512	34.01%
Santana/Tucuruvi	108,828	44,914	41.27%
Santo Amaro	83,049	39,884	48.02%
Mooca	117,801	60,182	51.09%
Cidade Tiradentes	60,710	31,366	51.66%
Lapa	111,061	66,686	60.04%
Vila Mariana	135,984	104,064	76.53%
Pinheiros	121,392	96,232	79.27%
Sé	178,113	156,168	87.68%

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Gráfico 10 – Verticalização relativa à Subprefeitura – renda domiciliar mínima

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Tabela 9 – Verticalização da cidade de São Paulo por Subprefeitura – renda domiciliar mínima

REGIÃO	APARTAMENTOS	FREQUÊNCIA RELATIVA	PORCENTAGEM
Parelheiros	0	0.0000	0.00%
Perus	1,890	0.0019	0.19%
Ermelino Matarazzo	4,277	0.0042	0.42%
Jaçanã/Tremembé	5,780	0.0057	0.57%
Guaianases	7,395	0.0073	0.73%
São Mateus	7,659	0.0075	0.75%
São Miguel	7,834	0.0077	0.77%
Cidade Ademar	8,313	0.0082	0.82%
Capela do Socorro	10,630	0.0104	1.04%
M'Boi Mirim	12,158	0.0119	1.19%
Vila Maria/Vila Guilherme	12,549	0.0123	1.23%
Freguesia/Brasilândia	12,791	0.0126	1.26%
Itaim Paulista	12,824	0.0126	1.26%
Aricanduva/Formosa/Carrão	16,069	0.0158	1.58%
Casa Verde/Cachoeirinha	19,014	0.0187	1.87%
Jabaquara	21,433	0.0211	2.11%
Pirituba	27,707	0.0272	2.72%
Vila Prudente/Sapopemba	28,777	0.0283	2.83%
Penha	31,018	0.0305	3.05%
Cidade Tiradentes	31,366	0.0308	3.08%
Itaquera	35,246	0.0346	3.46%
Campo Limpo	39,587	0.0389	3.89%
Santo Amaro	39,884	0.0392	3.92%
Butantã	43,761	0.0430	4.30%
Santana/Tucuruvi	44,914	0.0441	4.41%
Ipiranga	51,512	0.0506	5.06%
Mooca	60,182	0.0591	5.91%
Lapa	66,686	0.0655	6.55%
Pinheiros	96,232	0.0946	9.46%
Vila Mariana	104,064	0.1023	10.23%
Sé	156,168	0.1534	15.34%

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Gráfico 11 – Verticalização da cidade de São Paulo por Subprefeitura – renda domiciliar mínima

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Tabela 10 – Verticalização relativa à Subprefeitura – renda domiciliar máxima

REGIÃO	TOTAL DE DOMICÍLIOS	APARTAMENTOS	PORCENTAGEM
Parelheiros	39,428	0	0.00%
Perus	42,258	1,890	4.47%
Capela do Socorro	173,180	10,630	6.14%
São Mateus	123,481	7,659	6.20%
Cidade Ademar	122,928	8,313	6.76%
Jaçanã/ Tremembé	84,884	5,780	6.81%
Ermelino Matarazzo	62,774	4,277	6.81%
M'Boi Mirim	169,448	12,158	7.18%
São Miguel	107,814	7,834	7.27%
Guaianases	77,187	7,395	9.58%
Freguesia/ Brasilândia	122,088	12,791	10.48%
Itaim Paulista	107,843	12,824	11.89%
Vila Maria/Vila Guilherme	92,860	12,549	13.51%
Vila Prudente/ Sapopemba	165,196	28,777	17.42%
Aricanduva/Vila Formosa	85,068	16,069	18.89%
Casa Verde/ Cachoeirinha	94,609	19,014	20.10%
Penha	150,409	31,018	20.62%
Pirituba	133,180	27,707	20.80%
Campo Limpo	185,742	39,587	21.31%
Itaquera	155,664	35,246	22.64%
Jabaquara	73,313	21,433	29.24%
Butantã	135,749	43,761	32.24%
Ipiranga	151,469	51,512	34.01%
Santana/Tucuruvi	108,828	44,914	41.27%
Santo Amaro	83,049	39,884	48.02%
Mooca	117,801	60,182	51.09%
Cidade Tiradentes	60,710	31,366	51.66%
Lapa	111,061	66,686	60.04%
Vila Mariana	135,984	104,064	76.53%
Pinheiros	121,392	96,232	79.27%
Sé	178,113	156,168	87.68%

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Gráfico 12 – Verticalização relativa à Subprefeitura – renda domiciliar máxima

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Tabela 11 – Verticalização da cidade de São Paulo por Subprefeitura – renda domiciliar máxima

REGIÃO	APARTAMENTOS	FREQUÊNCIA RELATIVA	PORCENTAGEM
Parelheiros	0	0.0000	0.00%
Perus	1,890	0.0019	0.19%
Ermelino Matarazzo	4,277	0.0042	0.42%
Jaçanã/Tremembé	5,780	0.0057	0.57%
Guaianases	7,395	0.0073	0.73%
São Mateus	7,659	0.0075	0.75%
São Miguel	7,834	0.0077	0.77%
Cidade Ademar	8,313	0.0082	0.82%
Capela do Socorro	10,630	0.0104	1.04%
M'Boi Mirim	12,158	0.0119	1.19%
Vila Maria/Vila Guilherme	12,549	0.0123	1.23%
Freguesia/Brasilândia	12,791	0.0126	1.26%
Itaim Paulista	12,824	0.0126	1.26%
Aricanduva/Vila Formosa	16,069	0.0158	1.58%
Casa Verde/Cachoeirinha	19,014	0.0187	1.87%
Jabaquara	21,433	0.0211	2.11%
Pirituba	27,707	0.0272	2.72%
Vila Prudente/Sapopemba	28,777	0.0283	2.83%
Penha	31,018	0.0305	3.05%
Cidade Tiradentes	31,366	0.0308	3.08%
Itaquera	35,246	0.0346	3.46%
Campo Limpo	39,587	0.0389	3.89%
Santo Amaro	39,884	0.0392	3.92%
Butantã	43,761	0.0430	4.30%
Santana/Tucuruvi	44,914	0.0441	4.41%
Ipiranga	51,512	0.0506	5.06%
Mooca	60,182	0.0591	5.91%
Lapa	66,686	0.0655	6.55%
Pinheiros	96,232	0.0946	9.46%
Vila Mariana	104,064	0.1023	10.23%
Sé	156,168	0.1534	15.34%

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Gráfico 13 – Verticalização da cidade de São Paulo por Subprefeitura – renda domiciliar máxima

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Tabela 12 – Verticalização relativa à Subprefeitura – renda domiciliar média

REGIÃO	TOTAL DE DOMICÍLIOS	APARTAMENTOS	PORCENTAGEM
Parelheiros	39,428	0	0.00%
Perus	42,258	1,890	4.47%
Capela do Socorro	173,180	10,630	6.14%
São Mateus	123,481	7,659	6.20%
Cidade Ademar	122,928	8,313	6.76%
Jaçanã/Tremembé	84,884	5,780	6.81%
Ermelino Matarazzo	62,774	4,277	6.81%
M'Boi Mirim	169,448	12,158	7.18%
São Miguel	107,814	7,834	7.27%
Guaianases	77,187	7,395	9.58%
Freguesia/ Brasilândia	122,088	12,791	10.48%
Itaim Paulista	107,843	12,824	11.89%
Vila Maria/Vila Guilherme	92,860	12,549	13.51%
Vila Prudente/ Sapopemba	165,196	28,777	17.42%
Aricanduva/ Formosa/Carrão	85,068	16,069	18.89%
Casa Verde/ Cachoeirinha	94,609	19,014	20.10%
Penha	150,409	31,018	20.62%
Pirituba	133,180	27,707	20.80%
Campo Limpo	185,742	39,587	21.31%
Itaquera	155,664	35,246	22.64%
Jabaquara	73,313	21,433	29.24%
Butantã	135,749	43,761	32.24%
Ipiranga	151,469	51,512	34.01%
Santana/Tucuruvi	108,828	44,914	41.27%
Santo Amaro	83,049	39,884	48.02%
Mooca	117,801	60,182	51.09%
Cidade Tiradentes	60,710	31,366	51.66%
Lapa	111,061	66,686	60.04%
Vila Mariana	135,984	104,064	76.53%
Pinheiros	121,392	96,232	79.27%
Sé	178,113	156,168	87.68%

Fonte: Prado Dados e gráficos elaborados pela autora.

Gráfico 14 – Verticalização relativa à Subprefeitura – renda domiciliar média

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Tabela 13 – Verticalização da cidade de São Paulo por Subprefeitura – renda domiciliar média

REGIÃO	APARTAMENTOS	FREQUÊNCIA RELATIVA	PORCENTAGEM
Parelheiros	0	0.0000	0.00%
Perus	1,890	0.0019	0.19%
Ermelino Matarazzo	4,277	0.0042	0.42%
Jaçanã/Tremembé	5,780	0.0057	0.57%
Guaianases	7,395	0.0073	0.73%
São Mateus	7,659	0.0075	0.75%
São Miguel	7,834	0.0077	0.77%
Cidade Ademar	8,313	0.0082	0.82%
Capela do Socorro	10,630	0.0104	1.04%
M'Boi Mirim	12,158	0.0119	1.19%
Vila Maria/Vila Guilherme	12,549	0.0123	1.23%
Freguesia/ Brasilândia	12,791	0.0126	1.26%
Itaim Paulista	12,824	0.0126	1.26%
Aricanduva/ Formosa/Carrão	16,069	0.0158	1.58%
Casa Verde/ Cachoeirinha	19,014	0.0187	1.87%
Jabaquara	21,433	0.0211	2.11%
Pirituba	27,707	0.0272	2.72%
Vila Prudente/ Sapopemba	28,777	0.0283	2.83%
Penha	31,018	0.0305	3.05%
Cidade Tiradentes	31,366	0.0308	3.08%
Itaquera	35,246	0.0346	3.46%
Campo Limpo	39,587	0.0389	3.89%
Santo Amaro	39,884	0.0392	3.92%
Butantã	43,761	0.0430	4.30%
Santana/Tucuruvi	44,914	0.0441	4.41%
Ipiranga	51,512	0.0506	5.06%
Mooca	60,182	0.0591	5.91%
Lapa	66,686	0.0655	6.55%
Pinheiros	96,232	0.0946	9.46%
Vila Mariana	104,064	0.1023	10.23%
Sé	156,168	0.1534	15.34%

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Gráfico 15 – Verticalização da cidade de São Paulo por Subprefeitura – Renda domiciliar média

Fonte: Dados e gráficos elaborados pela autora.

Com o baixo número de arquivos consultados e os dados disponíveis no momento de fechamento dessa pesquisa não foi possível, portanto, comprovar a hipótese inicial de que quanto maior a renda, mais alto o índice de verticalização e menos denúncias são feitas pela dificuldade de acesso ao espaço privado. O índice de verticalização acompanha o processo de gentrificação pela cidade e a hipótese inicial lançava a ideia de que denúncias feitas nas Subprefeituras que apresentam maior renda se referem às pessoas que não adequaram ao novo espaço, de classe média e ou alta, e de maior concentração de denúncias em espaços mais pobres da cidade. Não foi possível confirmar essa aferição, no entanto. Cabe a um estudo futuro averiguar se há relação entre renda, ocupação do espaço e maior número de maus tratos, considerando a versatilidade do termo “periferia”.

4.3 A lei como manutenção de preconceitos: é necessário expulsar os indesejados

Seguindo a lógica de utilização do sistema jurídico como uma forma de manutenção da ordem, criminalização das camadas mais pobres e expulsão de elementos indesejados e a utilização dos animais para mediar conflitos entre humanos, passa-se a expor aqui algumas denúncias que, a princípio, permitiram lançar a hipótese inicial. As denúncias contra

moradores de rua, imigrantes, religiões afrodescendentes e pessoas mais pobres contêm expressões que demonstram o desajuste atribuído a essas pessoas naqueles espaços. Deve-se considerar, no entanto, de que a análise foi feita através da leitura de fontes que possuem suas limitações por concentrar o discurso dos denunciante filtrado por aqueles que transcreveram o caso. Com o cuidado de não realizar aferições com base em conclusões enviesadas, reforçamos a necessidade de um estudo futuro que aprofunde a importância do direito ambiental na mediação entre alteridades no espaço da cidade.

As denúncias movidas contra moradores de rua contradizem a lógica do crime ambiental no espaço privado e denotam falas repletas de preconceitos com relação às condições dessas pessoas. Segundo Queiroz (2010), moradores de rua são vistos como “‘não pessoas’, ‘ameaçadoras e poluidoras, pois ‘fora de lugar’”¹⁰⁵, e os animais de estimação representam o último vínculo que essas pessoas conseguem estabelecer, pois “humanizam-se graças aos animais”¹⁰⁶. Dois processos chamam a atenção relativamente a esses pontos. O primeiro, movido contra um grupo de moradores de rua que estaria espancando uma cadela na Avenida Cruzeiro do Sul, Subprefeitura Santana/Tucuruvi, segundo relato do pai da denunciante. A denunciante utiliza palavras de forma a ironizar a condição dos moradores de rua, assim como pressupõe que todos estavam drogados e que a cadela era roubada. A denunciante foi ao local com a companhia de policiais que se recusaram a retirar o animal ou a prender os moradores de rua tendo em vista a inexistência do flagrante:

O crime foi cometido por um morador de rua em seu ‘acampamento’ situado embaixo do viaduto do metrô (...) Meia hora depois fui acompanhada de policiais (que disseram não poder fazer nada, pois não havia mais flagrante). Mesmo assim, eles me acompanharam até os mendigos, eu pedi, educadamente, a um deles que me desse a cadelinha, este se negou dizendo que a mesma pertencia a C.¹⁰⁷, que estava dentro da barraca. Ele saiu totalmente bêbado ou drogado, assim como os demais e me disse que jamais me daria o animal (...) A cadelinha Fifi é branca de pelagem longa como se fosse de raça. Está bem suja, mas deve ter sido roubada pelos mendigos, pois ainda apresentava nas orelhas e testa enfeites de pet shop.

A denunciante utiliza termos pejorativos, como ao referir-se aos moradores de rua como mendigos, e ao local onde estavam como “acampamento”¹⁰⁸. Infere que os moradores de rua estivessem sob efeitos de drogas, “Bêbado ou drogado”, e que a cadela tivesse sido

¹⁰⁵ QUEIROZ, Renato da Silva. O último vínculo: “Moradores de rua” e seus cães na cidade de São Paulo. In: MAGALHÃES, Valéria Barbosa de, RALL, Vânia (Orgs). **Reflexões sobre a tolerância: Direitos dos Animais**. São Paulo: Humanitas, 2010, p. 193.

¹⁰⁶ QUEIROZ, Renato da Silva. *Op cit*, 2010, p. 194.

¹⁰⁷ Todos os nomes serão apresentados como abreviações, de forma a preservar a identidade de pessoas envolvidas nas denúncias, que foram transcritas exatamente como encontram-se registradas.

¹⁰⁸ A presença das aspas foi mantida conforme relato original, o que demonstra que a denunciante se referia de modo irônico ao local onde estavam os moradores de rua.

furtada por parecer de raça, pois um morador de rua jamais conseguiria adquirir um animal de raça por meios lícitos. O GECAP enviou uma equipe para verificar as condições dos animais, mas não encontrou os moradores no local indicado pela denunciante. O processo foi encerrado por falta de evidências materiais do ocorrido, mas o relato demonstra a tentativa de criminalização da pobreza ao inferir que os moradores de rua furtaram a cadela.

A segunda denúncia, que chama a atenção contra morador de rua, diz respeito a um morador que perambula pela Avenida Paulista, região da Bela Vista, Subprefeitura Sé, e, segundo averiguação da perícia, é conhecido por todos da vizinhança. Na denúncia consta que:

(...) fica um carroceiro já denunciado várias vezes por manter 3 cachorros dentro de caixotes dentro da carroça. Os animais são muito bravos devido ao stress de confinamento pior do que se fossem passarinhos na gaiola. Não adianta falar com ele. Várias pessoas já o indagaram pedindo para soltar os cães, mas nada adianta!!!

A denunciante faz referência a denúncias anteriores, inferindo que o denunciado teria antecedentes. No entanto, antes da abertura de todo processo, o GECAP faz uma busca para não conduzir uma perícia no bojo de um processo já aberto, sendo que nenhuma denúncia anterior foi registrada na comarca de São Paulo contra o morador de rua. A polícia civil convocou o denunciado para prestar depoimento, e foi ao local verificar a situação dos animais, constatando que o morador de rua, de fato, mantinha os animais presos por temer que eles mordessem os transeuntes. O processo conta com relatório da polícia, transcrição de depoimento prestado pelo morador à polícia civil e fotografias dos animais alvo da denúncia.

Os imigrantes aparecem nas denúncias como pessoas que merecem ser vigiadas por seus estranhos costumes e suposta má índole¹⁰⁹. Em uma denúncia contra chineses residentes em uma casa térrea na região da Subprefeitura Pinheiros, a troca de e-mails entre militantes dos direitos animais sugere que o cão poderia estar em perigo devido aos costumes daquelas pessoas de “comer cachorros”. Ademais, os denunciantes fazem questão de referir-se ao proprietário do cão fazendo alusão a sua nacionalidade:

Alguém tem que ir lá falar com esses chineses para colocar uma casinha para o novo cãozinho. Vão fazer tudo de novo com esse filhotinho? Não adianta, a chinesa finge que não entende o idioma português, isso é astúcia deles, miseráveis. (...).

¹⁰⁹ Sayad (1998), utilizando como exemplo o casos dos imigrantes na França, aponta que os imigrantes são destituídos de sua condição de cidadãos plenos em seus países de origem e nos países para os quais emigram, permanecendo excluídos das duas sociedades nas quais transitam.

A denúncia alegava que um cão da raça Rottweiler havia morrido vítima de maus tratos. Os vizinhos, ao perceberem que um novo animal foi colocado no lugar daquele que morreu, fizeram a denúncia, alegando que o animal não dispunha de abrigo contra intempéries, nem água e comida. A vistoria da Polícia Civil constatou que o animal possuía abrigo adequado, comida e água à disposição. Ao processo foram anexadas fotos do local e da carteira de vacinação do animal.

Com relação às religiões afrodescendentes, o sacrifício de animais é um ponto polêmico na discussão entre os militantes dos direitos animais. Apesar da Constituição Brasileira assegurar a liberdade de culto, há alegações de que tal ato infringiria a legislação ambiental do país. As religiões afrodescendentes são vistas com desconfiança e preconceito. São numerosas as denúncias de animais domésticos como galinhas e bodes criados para serem sacrificados nos cultos. Além disso, é digna de nota uma denúncia havida na região da Subprefeitura Penha, na qual infere que o cão de estimação das pessoas que praticam a religião correria risco de vida e era maltratado justamente por conta das crenças religiosas de seus proprietários. O denunciante descreve o processo de sacrifício como morte¹¹⁰, simplesmente, seguida de queima dos corpos:

Centro de candomblé que mata animais. O dono tem um cão que frequentemente apanha. O dono mata frequentemente várias galinhas e bodes adultos para ‘trabalhos’ de macumba, queimando-os em seguida.

O proprietário compareceu à delegacia para prestar depoimento, apresentou a documentação do animal e não foram verificados sinais de maus tratos. O caso foi encerrado por falta de provas.

Outro grupo marginalizado no espaço urbano que aparece nas denúncias são os indígenas. Aqueles que habitam a região do pico do Jaraguá, Subprefeitura Pirituba/Jaraguá, são citados em uma denúncia referente ao modo como tratam os animais abandonados em seu território. A denunciante enfatiza a falta de infraestrutura para receber os animais no local e a disposição dos indígenas em receber os animais em troca de objetos:

Muitos animais estão abandonados próximo ao pico do Jaraguá na aldeia indígena Jaraguá, o local não possui infraestrutura e os índios aceitam receber animais em troca de objetos, alimentos, bebidas e valores em reais e depois não tem condições de cuidar deles e ficam abandonados totalmente. Vamos divulgar e pedir providências das autoridades, a situação é crítica.

¹¹⁰ O sacrifício possui um caráter ritualístico, como uma dádiva ou oferenda a um deus, segundo Mauss e Hubert (2005).

A denunciante parece ignorar inteiramente a condição precária a qual os indígenas são submetidos em um contexto urbano, com precária infraestrutura e ausência de políticas públicas que atendam às suas necessidades, acusando-os de praticar maus tratos com os animais que são deixados no local. O relatório do CCZ esclarece que há um trabalho de educação sendo feito com os indígenas, que os animais são castrados e vacinados e que a questão é mais por um estranhamento cultural:

A aldeia indígena Jaraguá apresenta peculiaridades que, somadas às vulnerabilidades próprias da população indígena, dificultam ainda mais a atuação do poder público e da sociedade na resolução do problema do abandono de animais. A diferença cultural é bastante acentuada e, de fato, conforme a denúncia anônima (...) a população não indígena se aproveita da relação que as comunidades indígenas tem com os animais para 'entregar cães não desejados' aos índios, que os aceitam em troca de pequenos objetos (...).

O relatório do CCZ demonstra pouco conhecimento acerca da própria relação mantida entre os indígenas e os animais¹¹¹, mas descontrói alguns pontos nos quais a denunciante demonstra percepção etnocêntrica do índio. A denúncia foi indeferida sob a alegação de que a diferença cultural permite ações limitadas por parte do poder público.

A verticalização em bairros com mais infraestrutura, próximos ao centro e prioritariamente habitados pela classe média refletem o processo de gentrificação da cidade. A classe baixa que ainda resiste nesses espaços é vista como inadequada. A maior parte das denúncias em bairros de classe média e classe alta são em estabelecimentos comerciais, pelo uso de cães como animais de guarda, e em casas de pessoas que não se encaixam no padrão de classe do local.

Os dois espaços¹¹² citados nas denúncias abaixo são administrados pelas Subprefeituras Sé e Lapa, respectivamente, e possuem alto índice de verticalização, infraestrutura e majoritariamente edifícios de classe média e classe média alta, além de casas de pessoas pertencentes às classes mais baixas. Os espaços ocupados por classes baixas nos bairros que são alvo da especulação imobiliária são constantemente ameaçados. As denúncias por maus tratos parecem representar aqui o incômodo que a presença de costumes e dinâmicas diferentes que as suas causa, as quais são observadas pelas janelas de seus vizinhos do alto de seus apartamentos:

¹¹¹ Velden (2010) atenta como a inserção de animais de animais exóticos à cultura Karitiana dá-se do ponto de vista cosmológico e sociológico dos indígenas. Apesar de plenamente inseridos, a relação com os animais transcorre pelo descompasso entre a noção de doméstico/selvagem e humanos/não humanos dos indígenas e dos não indígenas. Com isso, a forma como animais domésticos são tratados nas aldeias indígenas podem ser encaradas como maus tratos por não indígenas.

¹¹² Bela Vista e Barra Funda.

É o seguinte, este cãozinho se encontra em um quintal nos fundos da casa (...) sem cobertura, estando frio ou chuva o cãozinho permanece nesse local sem abrigo. Na verdade vejo de minha janela, há dois anos moro no local e há dois anos este cão fica trancafiado, sem contato com humanos pois o quintal é fechado com uma porta, onde é aberta apenas para colocarem, nem sei se colocam comida ou água para o pobrezinho (...)

O denunciante alega assistir de sua janela o cão passar fome e sede sem abrigo contra intempéries pedindo que seja instaurada uma investigação e que a proprietária seja penalizada. A vistoria realizada constatou que os três animais encontrados no local da denúncia eram saudáveis e recebiam os cuidados compatíveis com as condições sociais da proprietária, que:

(...) é pessoa humilde, de poucos recursos, que sobrevive cuidando de crianças cujos pais trabalham fora.

Outra denúncia, também feita pela observação através da janela de um apartamento, infere que o animal seja submetido a maus tratos por não ter brinquedos, nem contato com os humanos. A denunciante alega que os vizinhos dos apartamentos em volta reclamam e termina por pedir penas mais duras àqueles que cometem maus tratos aos animais. Fica a dúvida se o incomodo é pelo barulho que o animal faz ou pela maneira, considerada maus tratos pela denunciante, como é criado:

(...) uma denúncia a respeito de um cão que canso de vê-lo no quintal fechado por muro alto, que fica no fundo de um apartamento. Acho um verdadeiro cárcere privado, pois o cão fica o tempo todo da janela à entrada da porta vendo acreditado seus moradores ou por ouvir ruído da casa e late o dia inteiro. O cão é lindo e parece bem tratado, mas, afinal o que é considerado abandono e maus tratos? (...) Quando o morador aparece é apenas para lavar o quintal, este é o único contato que se vê, o cão não tem atividades, parece não sair desse quintal dia a dia o ano inteiro, não tem brinquedos para saciar sua ansiedade de falta de atenção e contato com o mundo externo, parece ser um prisioneiro solitário. (...) Basta de impunidade! Deveríamos aproveitar e reivindicar o aumento da pena contra os covardes que praticam o crime ambiental, ou seja, contra animal e o meio ambiente. Reivindicar leis que obriguem a prisão daqueles que traficam o animal, que não tem a carga de animal de acordo com as normas de segurança, entre outros, pois 'pagar uns trocados' é um incentivo aos criminosos. Cadeia para eles e aumento de penas já! (...) Ele é lindo mesmo, mas é triste vê-lo só e não sair desse espaço vazio... sofro muito com isso e outros vizinhos também reclamam dos edifícios do lado principalmente.

A verticalização resulta na reconfiguração das relações sociais pelos poucos momentos de convívio coletivo. O contato entre vizinhos em um condomínio se restringe aos poucos espaços de convivência, como elevador e recepção, ou em reuniões administrativas. A aparente falta de diálogo e contato entre os moradores ocorre pelas denúncias feitas através da

observação do outro pelas varandas. As duas denúncias citadas abaixo são nas Subprefeituras Ipiranga e Lapa, em espaços renda média elevada.

A primeira denúncia pede vistoria em um apartamento para averiguar as condições de maus tratos, as quais está submetida uma cachorra de raça. Raramente raças são citadas em denúncias nas Subprefeituras com rendas mais baixas. Além disso, a aquisição de um animal de raça pode denotar a ascensão a uma posição social mais elevada:

Preciso de ajuda urgente para resgatar essa Lhasa¹¹³ que sofre maus tratos, preso nesta varanda sem água e comida, seja sol ou chuva, não pode entrar na casa. Tenho testemunhas dos maus tratos.

Mais uma vez, a denúncia foi arquivada por falta de provas já que a perícia não encontrou sinais de maus tratos. A denunciante chega a alegar que a proprietária teve de tempo de disfarçar a real condição do animal enquanto os peritos percorriam o espaço entre a recepção e a porta de entrada do apartamento.

A segunda denúncia relata dois casos em apartamentos diferentes. Os maus tratos são constatados pela denunciante através dos sons vindos ouvidos pelos vizinhos e pela observação através da varanda. A denunciante faz menção, ainda, à classe social a qual pertencem os proprietários dos animais:

Cachorro da raça buldogue inglês fica preso na varanda o dia inteiro, late bastante e nunca vi sair de lá. Parece ter comida mas nem sempre é abastecido. (...) Cachorro chora por dias seguidos pois fica sozinho e já foi relatado que vizinhos ouvem o dono gritar e bater no cachorro. Quando comunicado no prédio ele relata que os vizinhos estão mentindo pois nunca ouviu o seu cachorro latir (...) Ambos são prédios de classe alta, o que prova que classe social não é sinônimo de educação e nem de escrúpulos.

Uma denúncia foi feita contra um homem que havia construído um barraco num terreno vazio em uma região com edifícios de classe alta, na Subprefeitura Butantã. Segundo o denunciante, o homem mantinha quarenta cachorros no barraco, o que viola a lei municipal¹¹⁴ que permite a criação de até dez animais por proprietário. No entanto, a vistoria constatou a presença de somente uma cadela em posse do homem:

Este terreno encontrava-se praticamente vazio com algumas toras de madeira empilhadas, havia apenas uma cadela de porte médio, branca com manchas marrom, de pelos curtos, SRD. (...) Ele [o denunciado] nos informou que se instalou no

¹¹³ A denunciante se refere a um cão da raça Lhasa Apso.

¹¹⁴ Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/leimunicipal_1987_10309_1253633561.pdf>. Acesso em 02 de setembro de 2017.

terreno com autorização do proprietário, mas como as reclamações de moradores dos condomínios vizinhos eram frequentes, ele resolveu abandonar o local.

Existe a associação da pobreza com a criminalidade em inúmeras denúncias relativas às Subprefeituras localizadas em espaços de periferia, considerando que o conceito não se refere apenas à distância do centro da cidade. Normalmente, as descrições preconceituosas são feitas pelos denunciante, mas há casos em que os relatórios da polícia civil são compostos por expressões preconceituosas, associando pessoas pobres à criminalidade. As periferias são a representação da barbárie: há relatos de agressões que não vêm na forma de dúvida, como acontece nas denúncias relativas a espaços de classe média e alta. Nesses espaços, as agressões são uma certeza, ainda que careçam de provas. Nas duas denúncias abaixo, ambas na Subprefeitura São Mateus, há o uso de termos pejorativos, a descrição de situações de agressão e a menção à condição social dos denunciados:

Venho pedir ajuda para este cachorro adulto SRD, ele sofre maus tratos, ele chegou a receber corte de faca no focinho, também apagaram um cigarro na cabeça dele. Maloqueiros batem muito nele.

Não permita que essa dissimulada cometa mais nenhuma atrocidade contra os cachorros! (...) Pobreza e humildade não são motivos para maus tratos.

O uso do termo “maloqueiro” denota qual é a opinião do denunciante acerca dos moradores da região onde se registrou a denúncia. Inicialmente utilizado para designar os moradores das malocas¹¹⁵, o termo “maloqueiro” é contemporaneamente utilizado para referir-se a criminosos e a malfeitores. No relatório da polícia civil para a segunda denúncia, que faz menção direta à condição de pobreza do denunciado, constata que os animais não sofriam maus tratos e eram submetidos a tratamento de acordo com a classe social, referida como “c-” (cê menos)¹¹⁶ de seus proprietários:

Os cães possuíam água e ração caseira, disponível em recipientes compatíveis e estavam em boas condições de higiene e, aparentemente, não apresentavam ectoparasitas e o ambiente encontrava-se em condições compatíveis com os padrões de vida de uma família de “classe c-”.

Há situações em que as perícias constatarem situação de abandono partilhada por cães e seus proprietários, normalmente idosos com a saúde comprometida. As denúncias ressaltam que, muitas vezes, os animais e as pessoas podem se encontrar em situação degradante. Duas

¹¹⁵ Habitações improvisadas de classes mais baixas, semelhantes ao cortiços.

¹¹⁶ “Classe c-” é a classe D.

denúncias se destacaram por associar a situação de maus tratos à condição mental e de abandono de dois idosos.

A primeira denúncia, feita através de e-mail por um advogado, é sobre um idoso vivendo em uma casa na região da Subprefeitura Vila Maria, com diversos problemas de conservação que se agravavam com a presença de cães, cujo proprietário vivia em uma casa aos fundos, no mesmo terreno. O denunciante alegava que o idoso era acometido de problemas físicos e mentais, solicitando atendimento ao humano e aos animais, que, abandonados, contribuíam para manter a insalubridade do local:

Visando salvaguardar a saúde pública, bem como a integridade física e mental do idoso (...) presença de pessoa idosa, chamada D. de M., abandonado a própria sorte (morando sozinho não se sabe o porquê), com aspecto que lembra verdadeiro 'homem das cavernas', com sinais claríssimos de desnutrição, doença física e psiquiátrica, pois tem sido frequente escutar delírios do referido cidadão que hoje vive em condições sub-humanas (...) existência de algum problema de drenagem de esgoto, pois no local existe fortíssimo odor de fezes e urina (humana e de cães), perceptível até mesmo pelos transeuntes que passam pelo passeio público, colocando em risco a saúde pública de forma difusa, bem como agravando ainda mais o quadro de saúde do idoso acima indicado.

Essa é uma das denúncias cujo processo de averiguação foi mais longo. Segundo registros no processo, a assistência social foi acionada para verificar as condições de saúde do idoso. No entanto, não há maiores informações sobre como o idoso foi ajudado. Em contrapartida, o CCZ orientou os moradores das casas aos fundos sobre as condições de higiene dos cães.

A segunda denúncia é sobre um filhote mantido amarrado em uma corrente curta no portão de uma casa na região da Subprefeitura Pinheiros, em uma região que abriga condomínios de alto padrão:

Ele fica nesse espaço nessa corrente medindo menos de um metro desde as 8:20 até 18:30 e na maioria das vezes sem água. Não sei mais a quem recorrer, pois tanto eu como outras pessoas já fizemos denúncia, várias protetoras vieram pessoalmente conversar, já compraram pote de água e até agora nada resultou em melhoria para a vida dele que é bastante sofrida. Ele é muito bonzinho e filhote, deve ter em torno dos sete meses, por amor amigos divulguem para que esse menino tenha a oportunidade de encontrar um lar de verdade, onde possa ficar solto, correr, brincar e não ter essa expressão triste, pesada. A corrente é bem curta que ele não consegue deitar direito nesse chão imundo, está com pulgas e nunca toma banho.

A perícia constatou que o animal encontrava-se em boas condições de saúde sob guarda de uma idosa viúva com dificuldade de comunicação. Por meio de vizinhos e inquilinos da mesma, o CCZ foi informado que o animal era a única companhia da idosa que

morava sozinha e sofria com problemas de saúde. O cão que ela possuía anteriormente havia sido “furtado”¹¹⁷:

Segundo informações colhidas trata-se de uma senhora idosa de aproximadamente 90 anos, que reside sozinha, viúva, filho faleceu há 20 anos possui uma cunhada e irmão que residem na cidade de A. Possuía um cão que foi retirado e a mesma expressou muito sofrimento na época com o ocorrido. O atual cão foi uma doação para ela. É proprietária da lanchonete como das casas situadas no fundo do respectivo corredor, as quais aluga. Realiza o passeio diário com o cão e pega alimento para o mesmo todos os dias na lanchonete. Fazem referência a que a senhora M. realiza as suas atividades de forma autônoma, muito embora não consigam conversar com a mesma. A princípio conversei com o senhor J., inquilino da senhora M. L. e este foi chamá-la. Ao tentar conversar com a senhora M. L., observo tratar-se de uma pessoa idosa, magra, estatura mediana, sotaque português, humor irritadiço, mostra-se inconformada com as reclamações com relação ao cão, não foi possível estabelecer um diálogo.

Em articulação com a assistência social e a UBS¹¹⁸ local, foi solicitado auxílio à idosa. Nesse caso, a suposta condição de abandono e maus tratos ao animal levou à descoberta de um ser humano necessitando de ajuda. O CCZ orientou vizinhos e inquilinos quanto aos cuidados com o animal, que permaneceu sob tutela da denunciada.

Por meio das denúncias apresentadas, pode-se inferir que o direito ambiental, mais especificamente no caso dos maus tratos, é utilizado na mediação dos conflitos entre humanos no espaço da cidade de São Paulo. A denúncia é, para esses atores sociais, a única maneira de interação, que acontece na forma de conflito e necessidade de punição. Os animais são meros coadjuvantes na maioria das denúncias, as quais se referem muito mais às tensões sociais entre seres humanos, que são denunciados aparentemente pelo seu papel social na cidade, do que pelo tratamento dispensado ao *pet* que vive sob sua tutela.

5. Considerações finais

Não é possível fazer uma associação entre número de denúncias, forma de ocupação do espaço na cidade e pobreza.

A presente pesquisa optou por analisar o acervo de processos indeferidos do GECAP, localizado no Ministério Público de São Paulo, com a intenção de compreender como se dava a aplicação da Lei Federal de Crimes Ambientais no que concerne aos maus tratos na cidade. É crescente a importância que os *pets* tem adquirido em espaços urbanos, considerando-se que as relações em espaços urbanos tendem a ser, cada vez mais, efêmeras, pelos poucos

¹¹⁷ Na denúncia é levantada a possibilidade do animal ter sido furtado por militantes dos direitos animais.

¹¹⁸ Unidade Básica de Saúde, mantida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e Ministério da Saúde.

espaços reservados à convivência, mesmo entre vizinhos. Intentou-se identificar como se estabelecem os padrões de bem estar para os animais permitidos no convívio direto com os seres humanos.

Denúncias que não chegam a virar processos são importantes para identificar quais são os setores mais vigiados da sociedade, tendo em vista que as leis são uma forma de manutenção do *status quo*. Os denunciados que chegam a ser processados – ou não – representam a parcela considerada perigosa da sociedade, aquela que deve ser mantida sob controle no contexto das relações burguesas contemporâneas.

A hipótese inicial deste trabalho era de que os denunciados pelo crime de maus tratos a animais em São Paulo tendem a ser elementos marginais na dinâmica da cidade: pessoas pobres moradoras da periferia, moradores de rua, imigrantes, seguidores de religiões afrodescendentes, indígenas, entre outros. O pressuposto era de que o direito ambiental faz, aqui, o papel de mediação de conflitos estabelecidos nas relações de alteridade. O outro, em toda a sua complexidade, seria mais facilmente inserido pela criminalização do que pela tentativa de compreensão da sua multiplicidade. Entretanto, nesta pesquisa, devido à limitação das fontes não foi possível demonstrar essa relação. Os dados das denúncias, que não chegam a processos, não permitiram, até o momento, a confirmação dessa hipótese. Sugere-se um trabalho futuro que analise esta mesma hipótese a partir dos processos, que talvez permitiriam o estabelecimento da relação entre punição e origem social.

A definição de comportamentos que indiquem maus tratos aos animais não é precisa, como acontece também em outros crimes, o que abre espaço para critérios subjetivos de avaliação tanto do denunciante quanto do órgão regulador., a não ser em caso de agressões físicas explícitas. Uma pesquisa futura, com dados dos processos, poderia nos dizer se essa elasticidade na definição do que são os maus tratos não poderia ser utilizada para perseguição e criminalização de costumes diferentes, como no caso de sacrifícios em religiões afrodescendentes.

A hipótese da verticalização dos bairros privilegiados precisaria ser melhor analisada em um trabalho futuro de pesquisa que considerasse também os processos e as condenações, para verificar se essa relação faz sentido. Neste trabalho, como só foi possível trabalhar com as denúncias, esta relação não pode ser confirmada. O fácil acesso ou não ao espaço privado explicaria, a princípio, o maior número de denúncias em um grupo social e um tipo de espaço e não em outros, considerando que os espaços da periferia, por possuírem casas térreas, estabelecem uma relação social entre vizinhos em que o privado é menos privado e os espaços de transição entre o privado e o público são mais abertos, com a presença de quintais, fazendo

com que as denúncias se concentrem neles. Os espaços de classe média e alta seriam mais fechados, mais privados, portanto, e o acesso aconteceria somente por varandas ou por ruídos ouvidos entre vizinhos que pressupõem o que está acontecendo no espaço privado ao lado.

Além disso, o processo histórico de limpeza dos centros e de espaços valorizados nas cidades, empurrando as camadas mais pobres para as periferias, aqui entendidas como espaços afastados do centro, mas também espaços que possuem pouco acesso a serviços públicos independentemente da distância em relação ao centro, perpetuariam a configuração de maior controle e menos presença do poder público nas periferias. Para tentar identificar a diversidade econômica existente nos vários espaços da cidade de São Paulo, divididos administrativamente em Subprefeituras, foram feitos cálculos para renda mínima, média e máxima que cada distrito poderia abrigar.

Estabelecidas as rendas de seus moradores, constatou-se que no caso das denúncias que não viraram processo, essa relação entre verticalização, renda e condenação não pode ser demonstrada devido à limitação dos dados.

Por fim, levando-se em conta as limitações deste trabalho, não foi possível concluir que o direito ambiental reproduz uma lógica maior de criminalização da pobreza e controle das camadas considerados perigosas, como apresentada pela bibliografia, nem se ele é utilizado para mediação de conflitos nas relações de alteridade estabelecidas no espaço urbano. Entretanto, um trabalho futuro poderia apresentar essa relação especificamente no caso dos maus tratos dos animais.

REFERÊNCIAS¹¹⁹

ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012, p. 95-117.

ADORNO, Sérgio. “Violência e crime: sob o domínio do medo na sociedade brasileira”. In: BOTELHO, A. e SCHWARCZ, L. M. **A agenda brasileira**. Temas de uma sociedade em mudança. São Paulo, Companhia das Letras, p. 554-565, 2011.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ALONSO, Angela, COSTA, Valeriano, MACIEL, Débora. Identidade e Estratégia na formação do Movimento Ambientalista Brasileiro. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, vol. 4, n. 70, p. 151-167, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/08.pdf>>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

APROBATO FILHO, Nelson. O Couro e o Aço: Sob a mira do moderno - :a “aventura” dos animais pelos “jardins” da Pauliceia, final do século XIX/início do século XX. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENJAMIN, Walter. “Critique of Violence”. In: **Reflections**: Essays, Aphorisms, Autobiographical Writings. Tradução por Edmund Jephcott. Nova Iorque: Schocken Books, 1986.

BORDIEU, Pierre. A casa kabyle ou o mundo às avessas. In: **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 8, número 8, p. 147-159, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

_____. Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934. Revogado pelo Decreto nº 11, de 1991. Estabelece medidas de proteção aos animais. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 10 de jul. de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24645.htm>. Acesso em 03 de março de 2017.

_____. Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 de jul. de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/D6514.htm>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

_____. Lei Municipal Nº 10.309, de 22 de abril de 1987. Dispõe sobre

¹¹⁹ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

controle de população e controle de zoonoses no Município de São Paulo, e dá outras providências. **Prefeitura do Município de São Paulo**, São Paulo, 22 de abr. de 1987. Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/leimunicipal_1987_10309_1253633561.pdf>. Acesso em 02 de setembro de 2017.

_____. Lei nº 11.974, de 8 de outubro de 2008. Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 de out. de 2008. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111794.htm>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

_____. Lei nº 11.977, de 25 de agosto de 2005 (Projeto de lei nº 707/2003, do deputado Ricardo Trópoli - PSDB). Institui o Código de Proteção aos Animais do Estado e dá outras providências. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 ago. 2005. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2005/lei-11977-25.08.2005.html>>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

_____. Lei nº 15.316, de 23 de janeiro de 2014 (Projeto de lei nº 777/13, do Deputado Feliciano Filho - PEN). Proíbe a utilização de animais para desenvolvimento, experimento e teste de produtos cosméticos e de higiene pessoal, perfumes e seus componentes e dá outras providências. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 de jan. de 2014. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2014/lei-15316-23.01.2014.html>>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

_____. Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 de jan. de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5197.htm>. Acesso em 05 de março de 2017.

_____. Lei nº 7.653, de 12 de fevereiro de 1988. Altera a redação dos arts. 18, 27, 33 e 34 da Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 de fev. de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L7653.htm>. Acesso em 05 de março de 2017.

_____. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 de fev. de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm>. Acesso em 05 de março de 2017.

CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **Os animais e o direito**. Rio de Janeiro: Publit, 2007.

CAO – CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CÍVEL E DE TUTELA COLETIVA. Disponível em:

<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_urbanismo_e_meio_ambiente>. Acesso em 14 de agosto de 2017.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras: 2011.

CORDEIRO, Euller Xavier. **A participação da vítima no processo penal**. Dissertação (Mestrado em Direito), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Unesp, 2014, p. 123.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com Aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

_____. Sobre os silêncios da lei: lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX. In: **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. **Força de Lei: o “fundamento místico da autoridade”**. Trad. Leyla Perrone-Moysés. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes**. Tradução de Ruy Jungmann, Revisão e apresentação Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. **O processo civilizador, volume 2: formação do Estado e civilização**. Tradução de Ruy Jungmann, Revisão, apresentação e notas, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

FARAGE, Nádia. De ratos e outros homens: resistência biopolítica no Brasil moderno. In: LÉPINE, C.; HOFBAUER, A.; SCHWARCZ, L.K.. (Org.). **Manuela Carneiro da Cunha: o lugar da cultura e o papel da antropologia**. 1ed. Rio de Janeiro: Editorial Beco do Azougue, p. 279-309, 2012.

FELIPE, Sônia T. **Ética e experimentação animal: fundamentos abolicionistas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

FERNANDEZ-ARMESTO, Felipe. **Então você pensa que é humano? - uma breve história da humanidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FOUCAULT, Michel. Direito de morte e poder sobre a vida. In: **História da sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

FREITAS, Vladimir Passos de, FREITAS, Gilberto Passos de. **Crimes contra a natureza (de acordo com a Lei 9605/98)**. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2000.

GORDILHO, Heron José de Santana. Darwin e a evolução jurídica: Habeas Corpus para chimpanzés. In: MAGALHÃES, Valéria Barbosa de, RALL, Vânia (Orgs). **Reflexões sobre a Tolerância: Direitos dos Animais**. São Paulo: Humanitas, p. 25-58, 2010.

GOULD, Stephen Jay. **O polegar do panda: reflexões sobre história natural**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HARAWAY, Donna. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós humano**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HULSMAN, Louk. Alternativas à Justiça Criminal. In: **Curso Livre de Abolicionismo Penal**. Rio de Janeiro: Revan, p. 35-68, 2012.

IBGE – DOMICÍLIOS POR FAIXA DE RENDIMENTO EM SALÁRIOS MÍNIMOS Disponível em:

<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/13_domicilios_por_faixa_de_rendimento_em_sa_2010_233.html>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

IBGE – DOMICÍLIOS SEGUNDO TIPOLIOLOGIAS RESIDENCIAIS. Disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/htmls/9_domicilios_segundo_tipologias_residencia_2010_455.html>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

INFOCIDADE. Disponível em:

<<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/index.php?sub=notas&cat=9>>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

INGOLD, Tim. Humanidade e Animalidade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.28, 39-54, jul. 1995.

KARAM, Maria Lúcia. Utopia transformadora e abolição do sistema penal. In: **Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva**. Org: Edson Passetti e Roberto Baptista Dias da Silva. São Paulo: IBCCrim, p. 67-84, 1997.

LEACH, Edmund. Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal. In: **Edmund Ronald Leach: antropologia**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. A Humanidade e a Animalidade. In: **A Diversidade da Antropologia**. Lisboa: Edições 70, 1982.

LEMGRUBER, Julita, RIBEIRO, Ludmila, MUSUMECI, Leonarda, DUARTE, Thais. **Ministério Público: Guardião da Democracia Brasileira?** Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC) e Universidade Candido Mendes, 2016.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1952.

LÉVINAS, Emmanuel. El nombre de um perro o el derecho natural. In: **Difícil Libertad: Ensayos sobre el judaísmo**. Madrid, Espanha: Caparrós Editores, 2004.

MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. Reflexões acerca da clássica oposição Natureza X Cultura. In: MAGALHÃES, Valéria Barbosa de, RALL, Vânia (Orgs). **Reflexões sobre a Tolerância: Direitos dos Animais**. São Paulo: Humanitas, p. 197-218, 2010.

MARCÃO, Renato. **Crimes ambientais** (Anotações e interpretação jurisprudencial da parte criminal da Lei n. 9.605, de 12-2-1998). São Paulo: Saraiva, 2013.

MAUSS, Marcel, HUBERT, Henri. **Sobre o sacrifício**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

MONTAGU, Ashley. **Tocar: o significado humano da pele**. São Paulo: Summus, 1988.

NASSARO, Adilson Lupis Franco. **Policiamento ambiental: políticas públicas de meio ambiente e tráfico de animais silvestres (oeste do Estado de São Paulo, 1998 a 2012)**. Tese (Mestrado em História), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Unesp, 2013.

NAKAMURA, Pedro Kiyoshi Camarago. **O social verticaliza a cidade**. Dissertação (Mestrado em Tecnologia da Arquitetura), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, 2016.

NERI, Marcelo Cortes. **A Nova Classe Média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

NETTO, Alamiro Velludo Salvador. **Finalidades da pena, conceito material de delito e sistema penal integral**. Tese de Doutorado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Thiago Pires. Redefinindo o Status jurídico dos animais. In: **Revista Brasileira de Direito Animal**, ano 2, número 3, p.193-208, jul/dez 2007.

OTTONI, Eduardo B. **Uso de Ferramentas e Tradições Comportamentais em macacos-prego (Cebus spp)**. 2009. 201 f. Tese (Livre-Docência – Departamento de Psicologia Experimental) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula. **Justiça Restaurativa: da teoria à prática**. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

PASSETTI, Edson. A atualidade do abolicionismo penal. In: **Curso Livre de Abolicionismo Penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012, p. 13-33.

QUEIROZ, Renato da Silva. O último vínculo: “Moradores de rua” e seus cães na cidade de São Paulo. In: MAGALHÃES, Valéria Barbosa de, RALL, Vânia (Orgs). **Reflexões sobre a Tolerância: Direitos dos Animais**. São Paulo: Humanitas, p. 191-196, 2010.

REGAN, Tom. **Jaulas Vazias: encarando o desafio dos direitos animais**. Porto Alegre, RS: Lugano, 2006.

REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 28, 2012, São Paulo. **Entre humanos e animais** – relações familiares na sociedade contemporânea (Anais). São Paulo: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

SAHLINS, Marshall. La pensée Bourgeoise. In: **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SÉGUIN, Elida, Carrera, Francisco. **Leis dos Crimes Ambientais**. Rio de Janeiro: Ed. Esplanada, 1999.

SERRES, Michel. **O contrato natural**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

_____. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Danilo Pereira da. **Canis familiaris**: Aspectos da domesticação (Origem, Conceitos, Hipóteses). Monografia de conclusão de graduação. UNB, Brasília, 2011.

SILVESTRE, Daniel Ribeiro. **Direito e Justiça no rastro de Jacques Derrida**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2008.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012.

_____. Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos de lulismo. In: **Psicologia USP**, São Paulo, vol. 26, número 1, p. 7-14, jan./abr. 2015.

SINGER, Peter. **Libertação animal**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

SOUZA, Amaury. **A classe média**: ambições, valores e projetos de sociedade/ Amaury Souza, Bolivar Lamounier. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília, DF: CNI, 2010.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

UIPA – UNIÃO INTERNACIONAL PROTETORA DOS ANIMAIS. Disponível em: <<http://www.uipa.org.br/historia/>>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

VELDEN, Felipe Ferreira Vander. **Inquietas companhias**: sobre os animais de criação entre os Karitiana. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2010.

WAINER, Ann Helen. **Legislação Ambiental Brasileira**: subsídios para a História do Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1999.